



Relatório de Prestação de Contas 2023

Índice

1. Introdução	7
1.1 Nota Prévia.....	7
1.2 Estrutura Política.....	7
2. Enquadramento Macroeconómico.....	7
3. Síntese de Resultados	13
4. Relatório Financeiro.....	14
4.1 Análise Orçamental.....	14
4.1.1 Principais Evidências.....	14
4.1.2 Equilíbrio Orçamental	15
4.2 Análise da Despesa	16
4.2.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa.....	16
4.2.2 Execução Orçamental da Despesa.....	18
4.2.3 Evolução da Despesa Global.....	19
4.2.3 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente.....	20
4.2.4 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital.....	21
4.2.5 Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres	23
4.3 Análise da Receita	26
4.3.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Receita.....	26
4.3.2 Execução Orçamental da Receita	26
4.3.3 Evolução da Receita	28
4.3.4 Transferências e Subsídios Obtidos	30
4.4 Movimentos de Tesouraria.....	31
5 Análise da Situação Económico-Financeira	32
5.1 Análise do Balanço.....	32

5.2 Análise da Demonstração de Resultados	35
5.3 Análise à Situação da Dívida	36
5.3.1 Dívida Global	36
5.3.2 Serviço de Dívida.....	37
5.3.3 Dívida Total.....	37
5.4 Equilíbrio Orçamental.....	39
5.5 Plano Ajustamento Municipal	40
5.6 Contabilidade de Gestão.....	40
5.7 Proposta de Aplicação de Resultados	40

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Indicadores	14
Quadro 2 - Poupança Corrente do Exercício.....	15
Quadro 3 - Saldo Global Efetivo	16
Quadro 4 - Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa	16
Quadro 5 - Despesa por Classificação Económica	18
Quadro 6 - Evolução da Despesa Global Realizada e Paga	19
Quadro 7 - Evolução da Despesa com Pessoal	20
Quadro 8 - Evolução das Despesas de Investimento Total.....	21
Quadro 9 - Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município	22
Quadro 10 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	23
Quadro 11 - Estrutura das Transferências	23
Quadro 12 - Transferências para as Freguesias	24
Quadro 13 - Transferência por Entidades	24
Quadro 14 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação.....	26
Quadro 15 Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica.....	26
Quadro 16 - Receita Liquidada e Não Cobrada	27
Quadro 17 - Evolução da Receita Global Cobrada.....	28
Quadro 18 - Evolução da Estrutura da Receita Fiscal.....	29
Quadro 19 - Estrutura e Execução das Receitas de Capital	30
Quadro 20 - Receita Proveniente de Transferências.....	30
Quadro 21 - Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa	31
Quadro 22 - Operações de Tesouraria.....	31
Quadro 23 - Garantias e Cauções	32

Quadro 24 - Balanço Sintético.....	33
Quadro 25 - Indicadores do Balanço	34
Quadro 26 - Demonstração dos Resultados por Natureza.....	36
Quadro 27 - Evolução da Dívida Bancária	37
Quadro 28 - Evolução do Serviço da Dívida.....	37
Quadro 29 - Índices de Mecanismos de Recuperação Financeira	38
Quadro 30 - Limites do Endividamento	38
Quadro 31 - Equilíbrio Orçamental.....	39

1. Introdução

1.1 Nota Prévia

Conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, são competências do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, os documentos de prestação de contas.

Apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2023, que procura refletir as origens das receitas e despesas do Município de Fornos de Algodres, bem como uma análise relativamente à sua situação económica e financeira.

1.2 Estrutura Política

A composição política dos órgãos municipais não sofreu alterações em relação ao ano transato, mantendo a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – Maria Luísa Dias Gomes – PS

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – Coligação PPD/PSD CDS/PP “Todos por Fornos, Fornos para Todos”

Vereador – Cristina Maria Campos Guerra – Coligação PPD/PSD CDS/PP “Todos por Fornos, Fornos para Todos”

2. Enquadramento Macroeconómico

Portugal foi das economias que mais cresceu em 2023 entre 27 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), ficando em quinto lugar com uma variação do PIB de 2,3%, segundo uma análise daquela organização intergovernamental.

A economia portuguesa superou inclusivamente a média da União Europeia e da Zona Euro, ambas com uma variação do PIB de 0,5%, e da OCDE (1,6%), tendo sido apenas ultrapassada pela **Costa Rica (5,1%)**, **México (3,1%)**, **Estados Unidos (2,5%)** e **Espanha (2,5%)**.

De salientar que, embora Portugal esteja entre os cinco países com maior crescimento do PIB, a evolução da economia arrefeceu significativamente de 6,8%, em 2022, para 2,3%, em 2023.

As estimativas anuais iniciais indicam que o crescimento do PIB da OCDE abrandou para 1,6% em 2023, em comparação com 2,9% em 2022, num contexto de inflação subjacente mais elevada na área da OCDE.

Entre os 27 países da OCDE, 10 registaram uma contração do PIB em 2023, com a Estónia a registar a maior contração (-3,0%). Em 14 países, o crescimento abrandou, mas manteve-se positivo.

Apenas três economias registaram um crescimento superior em 2023 face ao ano anterior: Costa Rica (5,1%, em 2023, em comparação com 4,6% em 2022), os Estados Unidos (2,5% face a 1,9%) e o Japão (1,9% em comparação com 1%).

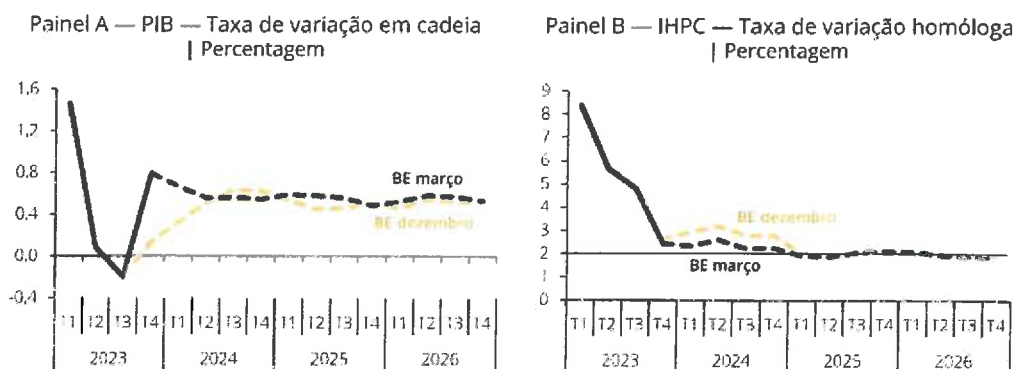
Numa análise global, **considera-se que as taxas de crescimento trimestrais do PIB da OCDE permaneceram em baixo nos últimos dois anos.** No grupo dos sete países mais industrializados (G7), o crescimento trimestral em cadeia do PIB abrandou ligeiramente para 0,4% no quarto trimestre de 2023", em comparação com 0,5% no período anterior.

Entre as economias do G7 que registaram um crescimento negativo no quarto trimestre de 2023, os fatores variaram. No Reino Unido, a queda das exportações de serviços (-6,0%) foi o principal obstáculo ao crescimento. No Japão, o PIB contraiu-se principalmente devido a uma retração do investimento (-0,3%), do consumo privado (-0,2%) e do consumo público (-0,1%), que foram parcialmente compensados por um aumento de 11,3% nas exportações de serviços, sobretudo devido ao turismo. Na Alemanha, o declínio acentuado do investimento na construção e em máquinas e equipamentos levou o PIB para valores negativos.

Perspetivando o futuro, o crescimento anual da economia portuguesa deverá situar-se em 2% em 2024 e 2,3%, em média, nos períodos 2025-2026. A atividade económica deverá continuar a apresentar um crescimento superior ao da área do euro, com um dinamismo próximo do potencial, não obstante um enquadramento caracterizado por um crescimento da procura externa mais fraco e condições financeiras mais desfavoráveis face aos dois anos anteriores à pandemia. A inflação deverá continuar a diminuir, para 2,4% em 2024, 2% em 2025 e 1,9% em 2026. O comportamento mais favorável que o esperado da atividade em 2023 refletiu, em larga medida, a resiliência do mercado de trabalho. O emprego continuou a aumentar, sustentado na elevada criação de novos postos de trabalhos, com ganhos nos setores mais bem remunerados. A taxa de desemprego manteve-se baixa, situando-se próxima dos valores de 2019, tal como o número de alojamentos familiares com indivíduos desempregados. Esta evolução, conjugada com um crescimento dos salários reais, teve contrapartida na situação financeira das famílias, tendo-se registado

ganhos do rendimento disponível real nos últimos três anos. O investimento continuou a crescer, mantendo-se a trajetória de redução da dívida pública e privada. A resiliência da economia portuguesa, uma economia aberta e fortemente integrada na UE, é um fator distintivo da conjuntura recente. Esta resiliência reflete a manutenção das condições de estabilidade financeira, orçamental e institucional. Entre os fatores estruturais de sustentação do crescimento num contexto mais adverso, destaca-se também a competitividade revelada pelas empresas portuguesas e a melhoria continuada das qualificações da população.

A atividade económica recuperou no último trimestre de 2023, crescendo 0,8% em cadeia após dois trimestres de estagnação. A recuperação foi mais notória no consumo privado e nas exportações, beneficiando da melhoria da procura externa. No período 2024–2026, a atividade beneficia dos efeitos da menor inflação, do impacto expansionista das medidas adotadas no OE-2024 e da aceleração prevista para a procura externa. Estes fatores suportam também uma evolução favorável do mercado de trabalho, projetando-se aumentos adicionais do emprego, após os máximos atingidos em 2023, e uma estabilização do desemprego. O crescimento económico reflete também o contributo da maior execução financeira esperada do PRR e dos restantes fundos europeus. O impacto negativo da restritividade das condições monetárias e financeiras sobre a atividade continuará a fazer-se sentir, mas com menor intensidade, nos próximos anos.



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: As linhas a tracejado correspondem aos valores projetados nos BE de dezembro de 2023 e março de 2024.

A **inflação** continuou a reduzir-se no final de 2023 e terá estabilizado no primeiro trimestre de 2024, projetando-se que atinja valores próximos de 2% a partir do início de 2025. Ao longo de 2024, a inflação será afetada por efeitos temporários sobre as componentes mais voláteis. Os preços dos bens alimentares aumentaram em janeiro, devido ao término do IVA zero, uma medida temporária. A componente energética também aumenta na primeira metade do ano, devido à subida do preço da eletricidade em janeiro e a efeitos de base. A inflação deverá continuar a diminuir ao longo de 2024, refletindo a transmissão desfasada

da redução dos custos das matérias-primas e bens intermédios e as menores pressões inflacionistas internas associadas ao impacto da política monetária. O deflator do PIB, que aproxima as pressões oriundas dos salários e das margens de lucro, deverá apresentar um crescimento mais moderado em 2024 e nos anos seguintes, após ter aumentado 7,2% em 2023. A aceleração em 2023 resultou de um maior contributo dos custos do trabalho, refletindo a recuperação do poder de compra dos salários. As menores pressões internas, a par do crescimento inferior a 2% esperado para os preços de importação, asseguram a convergência da inflação para valores consistentes com a estabilidade de preços.

Os riscos subjacentes às projeções futuras são em baixa para a atividade e equilibrados para a inflação. Os riscos de origem externa que poderão restringir o crescimento da economia estão relacionados com uma escalada de tensões geopolíticas e o seu impacto sobre a confiança, os fluxos comerciais e os preços das matérias-primas, um menor crescimento da procura externa, num contexto de fragmentação do comércio mundial, e um impacto mais pronunciado do aperto verificado nas condições monetárias e financeiras. Mantêm-se os riscos de origem interna associados a um cenário de incerteza na condução da política económica e a atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, existem riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos, que são mitigados pela possibilidade de um maior impacto desinflationista das decisões passadas de política monetária. O crescimento da economia portuguesa será baseado no investimento e nas exportações, situando-se acima do projetado para a área do euro. O crescimento do PIB em Portugal excedeu o da área do euro nos últimos anos e deverá manter-se superior nos próximos anos. Este diferencial reflete o maior crescimento do investimento, suportado pelas entradas de fundos europeus, e o desempenho relativo mais favorável das exportações. Não obstante o forte abrandamento dos mercados externos em 2023, a competitividade das empresas portuguesas continuou a refletir-se em ganhos de quota, o que contrasta com o observado na área do euro. A diminuição do endividamento dos vários setores institucionais, para rácios em percentagem do PIB próximos dos registados na área do euro, contribui para a maior resiliência da economia num contexto de taxas de juro mais elevadas do que as observadas nos anos pré-pandemia. O crescimento económico em Portugal deverá continuar a ser consistente com a manutenção dos equilíbrios macroeconómicos fundamentais em termos de contas públicas e de contas externas.

O **consumo privado** cresce, em média, 1,9% no período 2024–2026, num contexto de ganhos de rendimento disponível real e aumento da poupança. Estima-se que o rendimento disponível real das famílias, após um aumento de 1,9% em 2023, cresça 4% em 2024 e 1,9% em 2025–2026. Estes ganhos estão associados à descida da inflação e à dinâmica dos salários e das prestações sociais. A redução dos impostos diretos contribuirá também para o aumento do rendimento disponível em 2024–2025. Em 2024, o crescimento contido do consumo privado face ao do rendimento e o aumento da taxa de poupança

refletem a necessidade e oportunidade de constituição de almofadas financeiras num contexto de taxas de juro elevadas. Para as famílias endividadas, as taxas de juro mais elevadas implicarão um ajustamento em baixa das despesas de consumo. As famílias sem dívida e com riqueza acumulada beneficiarão de maiores rendimentos das suas aplicações financeiras, mas o impacto sobre o consumo agregado tenderá a ser moderado tendo em conta a sua menor propensão a consumir e o incentivo à poupança associado às taxas de juro mais elevadas. Em 2025–2026, o consumo cresce em linha com o rendimento disponível, estabilizando a taxa de poupança em valores superiores aos do período pré-pandemia. Estes valores da poupança, conjugados com a fraqueza do investimento residencial, traduzem-se num aumento da capacidade de financiamento das famílias, que deverá continuar a ser parcialmente canalizada para a amortização de dívida.

O **investimento** irá acelerar em 2024–2026, reagindo à recuperação da procura global, ao alívio gradual das condições de financiamento e ao maior impulso dos fundos europeus. Em 2023, a FBCF cresceu 2,4%, penalizada pelo aumento das taxas de juro e pelo abrandamento da procura interna e externa. A componente empresarial aumentou 1,5%, o investimento residencial reduziu-se em 1%, enquanto se observou um aumento significativo do investimento público. O investimento empresarial deverá recuperar dinamismo, verificado pelo aumento da percentagem líquida de empresas industriais que tencionam aumentar o investimento em 2024. Nos anos futuros, o peso do investimento empresarial no PIB deverá atingir valores historicamente elevados e superiores aos da área do euro. Este é um fator crucial para assegurar a convergência em termos de produtividade, rendimento per capita e bem-estar face a economias mais avançadas. O investimento público deverá apresentar um crescimento em torno de 11% em 2024–2025 e 2,5% em 2026.

Estima-se que as **exportações** cresçam 3,6%, em média, em 2024–2026, mantendo-se como um dos principais motores do crescimento. O seu contributo para a variação do PIB neste período será de 0,9 pp, em média, comparando com contributos de 0,4 pp do investimento e de 0,7 pp do consumo privado. Nos próximos anos, o crescimento das exportações reflete a evolução da procura externa e ganhos de quota de mercado, mais moderados do que os do período recente. Este desempenho positivo dos exportadores nacionais no período da projeção prolonga uma trajetória favorável observada desde a crise da dívida soberana. Em 2023, o crescimento de 4,2% das exportações totais foi sustentado pela componente de serviços, refletindo o impacto da recuperação pós-pandemia do turismo mundial, enquanto a componente de bens estagnou. Perspetiva-se um crescimento anual da componente de serviços de 4% em 2024–2025 e de 3,3% em 2026. Em 2024, o turismo deverá manter um dinamismo superior ao do total das exportações. As perspetivas para o setor a nível mundial mantêm-se favoráveis e, num contexto de elevados riscos geopolíticos, as exportações de serviços deverão continuar a beneficiar da perceção de Portugal como

destino turístico seguro. As exportações de bens deverão recuperar, crescendo 3,2% em 2024 e 3,7%, em média, nos anos seguintes. Projeta-se um crescimento médio das importações de bens e serviços similar ao das exportações em 2024–2026 e ganhos ligeiros dos termos de troca, o que tem implicações favoráveis para o saldo externo.

O **mercado de trabalho** deverá continuar a evoluir favoravelmente, com aumentos do emprego e dos salários reais. Os aumentos projetados para o emprego dão continuidade à trajetória ascendente desta variável nos últimos 10 anos. O número de postos de trabalho na economia atingiu um máximo de 4,6 milhões em 2023, correspondendo a um aumento de 11% face a 2019. Neste período, quase metade dos empregos foram criados em indústrias de média/alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento, onde os salários se situam acima da média da economia. Projetam-se taxas de crescimento do emprego de 0,7% em 2024 e 0,5% em 2025–2026. Do lado da procura, os inquéritos de conjuntura às empresas mostram um aumento das expectativas de emprego no início do ano. Relativamente à oferta de trabalho, espera-se que os fluxos líquidos de imigração e o aumento da taxa de atividade continuem a mais do que compensar o saldo natural negativo. A taxa de desemprego deverá manter-se estável em 6,5%. Em 2023, o desemprego de longa duração atingiu os valores mais baixos da última década, o mesmo acontecendo com o número de desempregados que recebem subsídio de desemprego. Estes indicadores sinalizam um mercado de trabalho mais flexível e adaptável, consistente com menores dificuldades de empregabilidade. Após um aumento de 8% em 2023, o salário médio da economia deverá crescer 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025–2026.

Concluído, importa referir que relativamente à economia portuguesa, espera-se que continue a crescer nos próximos anos, impulsionada pelo investimento estrangeiro, pelo turismo e pela exportação de bens e serviços. No entanto, é importante considerar os desafios que o país enfrenta, como a dívida pública elevada, o envelhecimento da população e a necessidade de aumentar a produtividade e a inovação.

A nível mundial, a economia também enfrenta vários desafios. A rápida evolução da tecnologia e a automação estão a alterar os modelos de negócio e a criar novas oportunidades, mas também a ameaçar empregos tradicionais. Além disso, as questões ambientais, como as alterações climáticas, estão a ganhar cada vez mais destaque, com a necessidade de uma transição para uma economia mais sustentável. Outro fator importante é a geopolítica global, com tensões comerciais e políticas entre as grandes potências, que podem afetar o comércio internacional e a economia global como um todo.

Em suma, a perspetiva futura da economia portuguesa e mundial é incerta, mas existem oportunidades para o crescimento económico, desde que sejam tidos em especial atenção os desafios mencionados, como a dívida, o envelhecimento da população, a tecnologia e as questões ambientais.

3. Síntese de Resultados

Em termos sintéticos destaca-se:

- ✓ O facto de o Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita a rondar os 91,20 %;
- ✓ O aumento da receita corrente em relação a 2022, em 18,29 % deve-se essencialmente ao acréscimo da rubrica Transferências Correntes;
- ✓ A receita de capital é superior, em 31,99 %, relativamente a 2022, ou seja, cerca de 350.606 €, fundamentalmente pela variação positiva das Transferências de Capital.
- ✓ O aumento de 16 % face ao ano transato na aquisição de bens e serviços, o que totaliza 415.895€.
- ✓ O aumento de 86,10 % face ao ano transato nas aquisições de bens de capital, que totaliza 1.191.221 €;
- ✓ Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de (-) 580.042,01€.

4. Relatório Financeiro

4.1 Análise Orçamental

4.1.1 Principais Evidências

Quadro 1 - Principais Indicadores

Indicador	2020	2021	2022	2023
Receita				
Varição da receita total	7,83%	22,35%	1,94%	11,73%
Receitas correntes / Receitas Totais	87,53%	79,78%	73,85%	78,19%
Varição das receitas correntes	-5,09%	11,52%	-5,64%	18,29%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	11,15%	10,42%	12,32%	10,22%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	102,73%	98,55%	93,36%	102,32%
Receita Total / Receita Orçada	95,65%	89,78%	95,00%	91,20%
Despesa				
Varição da despesa total	-3,52%	24,38%	9,03%	23,49%
Despesas correntes / Despesa total	80,90%	76,60%	73,88%	67,98%
Varição das despesas correntes	5,16%	17,62%	5,16%	13,64%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	44,28%	43,58%	41,64%	42,93%
Despesas com Aquisição de bens e serviços / Despesas correntes	36,61%	35,24%	41,61%	42,55%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	93,49%	90,61%	92,86%	91,45%
Despesa Total / Despesa Orçada	81,37%	77,13%	87,43%	90,18%
Equilíbrio orçamental e Dívida				
Saldo corrente / Receitas correntes	22,21%	17,39%	7,94%	15,16%
Serviço da dívida / Receitas correntes	10,15%	6,82%	16,52%	12,29%

Fonte: Elaboração Própria

Os rácios orçamentais registam, em 2023, valores que demonstram que o Município mantém um forte compromisso com um efetivo controlo orçamental.

A receita total regista um acréscimo de cerca de 12%, no valor de 1.243.490,81€ e a despesa total um aumento de 23,49%, no valor de 1.960.458,37€.

Ao nível da execução do orçamento realça-se a taxa de execução da receita corrente, bem como a taxa de execução da despesa corrente, tendo sido respetivamente de 102,31 % e 90,85%. A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação e controlo do orçamento.

Do ponto de vista das despesas verifica-se um aumento da despesa total de 23,49%, um aumento de 13,64% das despesas correntes.

4.1.2 Equilíbrio Orçamental

4.1.2.1 Equilíbrio Corrente

Quadro 2 - Poupança Corrente do Exercício

Designação	2023	2022	Variação
	€	€	22-23
Receita corrente executada	7 922 779	6 697 483	18,29%
Despesa corrente executada	7 006 950	6 165 909	13,64%
Poupança corrente executada	915 829	531 574	72,29%
Dívida corrente transitada da gerência anterior	44 867	33 501	33,93%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	240 172	44 867	435,30%
Receita corrente liquidada e não cobrada no exercício	0	0	n/a
Poupança corrente do exercício	1 200 867	609 942	96,88%

Fonte: Elaboração Própria

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2023, é de 1.200.867€, refletindo uma poupança de 707.167€ face ao ano de 2022.

4.1.2.2 Equilíbrio Efetivo

Quadro 3 - Saldo Global Efetivo

Designação	2023	2022	Variação
Receitas Correntes	7 922 779 €	6 697 483 €	18,29%
Receitas de capital (Efetivas)	1 446 653 €	1 096 047 €	31,99%
Receita efetiva	9 369 432 €	7 793 530 €	20,22%
Despesas correntes	7 006 950 €	6 165 909 €	13,64%
Despesas de capital (efetivas)	3 299 782 €	2 180 365 €	51,34%
Despesa efetiva	10 306 732 €	8 346 274 €	23,49%
Saldo corrente	915 829 €	531 574 €	72,29%
Saldo de capital	-1 853 129 €	-1 084 318 €	70,90%
Saldo da Gerência Anterior	758 729 €	1 266 471 €	-40,09%
Saldo global efetivo	-178 570 €	713 727 €	-125,02%

Fonte: Elaboração Própria

Os valores apresentados para o ano 2023 refletem um equilíbrio efetivo, sustentando o município todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) com receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros) e Saldo da Gerência Anterior, em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

4.2 Análise da Despesa

4.2.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

Quadro 4 - Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações e revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	Reforços	Deduções	Valor	Peso		
	€	€	€	€	%	€	%
Despesas com pessoal	2 959 382	245 546	149 270	3 055 658	27,5%	96 276	3,3%
Aquisição de bens e serviços	2 772 540	1 091 571	657 592	3 206 519	28,9%	433 979	16%
Juros e outros encargos	250 500	0	0	250 500	2,3%	0	0%
Transferências correntes	771 834	127 053	82 231	816 656	7,4%	44 822	6%
Outras despesas correntes	64 499	16 282	10 975	69 806	0,6%	5 307	8%
Despesas correntes	6 818 755	1 480 453	900 069	7 399 139	66,7%	580 384	9%
Aquisição de bens de capital	2 690 226	1 259 323	976 270	2 973 279	26,8%	283 053	11%
Transferências de Capital	0	0	0	0	0,0%	0	n/a
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0,0%	0	n/a
Passivos financeiros	706 599	18 515	0	725 114	6,5%	18 515	3%

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações e revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	Reforços	Deduções	Valor	Peso		
	€	€	€	€	%	€	%
Despesas de capital	3 396 825	1 277 838	976 270	3 698 393	33,3%	301 568	9%
Total	10 215 580	2 758 291	1 876 338	11 097 533	100,0%	881 953	9%

Fonte: Elaboração Própria

No decurso de 2023, registaram-se 15 modificações e 1 revisão ao orçamento, tendo-se verificado um acréscimo no orçamento no valor de 881.953€.



4.2.2 Execução Orçamental da Despesa

Quadro 5 - Despesa por Classificação Económica

Capítulos	Despesa Orçada		Despesa comprometida		Despesa Paga		Desvio	Taxa de Execução	Despesa realizada e não paga	
	€	1	€	2	€	3			€	6=2-3
							4=3-1	5=3/1		
Despesas com pessoal	3 055 658		3 007 748		2 949 524		-106 134	97%	58 225	
Aquisição de bens e serviços	3 206 519		3 058 774		2 829 094		-377 425	88%	229 680	
Juros e outros encargos	250 500		248 939		248 939		-1 561	99%	0	
Transferências correntes	816 656		703 236		676 705		-139 950	83%	26 530	
Outras despesas correntes	69 806		67 897		62 517		-7 290	90%	5 380	
Despesas correntes	7 399 139		7 086 595		6 766 779		-632 360	91%	319 816	
Aquisição de bens de capital	2 973 279		2 804 848		2 515 580		457 699	85%	289 268	
Transferências de Capital	0		0		0		0	N/A	0	
Ativos Financeiros	0		0		0		0	N/A	0	
Passivos financeiros	725 114		724 794		724 794		-320	100%	0	
Despesas de capital	3 698 393		3 529 642		3 240 374		-458 020	88%	289 268	
Total	11 097 533		10 616 237		10 007 153		-1 090 380	90%	609 084	

Fonte: Elaboração Própria

As despesas correntes representaram 67,62% do total executado (10.007.153€) e as despesas de capital 32,38%. Nas despesas correntes, são as despesas com pessoal que têm maior peso, logo seguidas das despesas com Aquisição de Bens e Serviços.

Em termos de execução, o desvio das despesas de capital está registado na rubrica de Aquisição de Bens de Capital que apresenta um desvio negativo de 457.699€.



4.2.3 Evolução da Despesa Global

Quadro 6 - Evolução da Despesa Global Realizada e Paga

Capítulos	Pago 2023			Realizado (Obrigações) 2023			Pago 2022						Realizado (Obrigações) 2022			
	Valor	€	Peso %	Valor	€	Peso %	Valor	€	Peso %	Variação	20-21	Valor	€	Peso %	Variação	22-23
Despesas com pessoal	2 949 524		29,5%	3 007 748		24,9%	2 534 867		30,6%	16,4%		2 567 677		30,8%	17,1%	
Aquisição de bens e serviços	2 829 094		28,3%	2 981 228		24,9%	2 555 509		30,8%	10,7%		2 565 333		30,7%	16,2%	
Juros e outros encargos	248 939		2,5%	248 939		3,9%	402 264		4,9%	-38,1%		402 264		4,8%	-38,1%	
Transferências correntes	676 705		6,8%	703 236		6,1%	621 485		7,5%	8,9%		623 718		7,5%	12,7%	
Outras despesas correntes	62 517		0,6%	65 799		0,1%	6 918		0,1%	803,7%		6 918		0,1%	851,1%	
Despesas correntes	6 766 779		67,6%	7 006 950		68,0%	6 121 042		73,9%	10,5%		6 165 909		73,9%	13,6%	
Aquisição de bens de capital	2 515 580		25,1%	2 574 987		13,4%	1 370 215		16,5%	83,6%		1 383 766		16,6%	86,1%	
Transferências de Capital	0		0,0%	0		0,9%	90 000		1,1%	N/A		90 000		1,1%	-100,0%	
Activos Financeiros	0		0,0%	0		0,0%	0		0,0%	N/A		0		0,0%	N/A	
Passivos financeiros	724 794		7,2%	724 794		6,9%	706 599		8,5%	2,6%		706 599		8,5%	2,6%	
Despesas de capital	3 240 374		32,4%	3 299 782		32,0%	2 166 814		26,1%	49,5%		2 180 365		26,1%	51,3%	
Total	10 007 153		100%	10 306 732		100,0%	8 287 856		100%	20,7%		8 346 274		100%	23,5%	

Fonte: Elaboração Própria

Em 2023 a despesa realizada aumentou 1.960.458€ e a despesa paga aumentou 1.719.297€, face ao ano anterior, devido essencialmente à rubrica de *Aquisição de Bens de Capital* que sofreu um aumento nas despesas pagas face a 2022 no valor de 1.145.365€.

4.2.3 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

As despesas correntes realizadas em 2023 (7.006.950€) foram superiores às de 2022 (6.165.909€) em cerca de 841.041€. Os valores realizados registaram um aumento de 13,6%, por sua vez os valores pagos aumentaram 10,5%.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das *Despesas com Pessoal* e com *Aquisição de Bens e Serviços* 28,27%, respetivamente.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com o empréstimo de médio e longo prazo.

Quadro 7 - Evolução da Despesa com Pessoal

Despesas com Pessoal	2023		2022		Variação 22-23	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Remunerações certas e permanentes:	2 305 012	76,6%	1 966 394	76,6%	338 618	17,2%
Titulares órgãos soberania e membros Órgãos Autárquicos	160 110	5,3%	148 463	5,8%	11 647	7,8%
Pessoal dos quadros-Reg. Cont. individual de trabalho	1 562 791	52,0%	1 300 366	50,6%	262 425	20,2%
Pessoal contratado a termo	346	0,0%	10 271	0,4%	-9 926	n/a
Pessoal aguardando aposentação	3 178	0,1%	3 953	0,2%	-775	100,0%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Representação	29 321	1,0%	27 713	1,1%	1 608	5,8%
Suplementos e prémios	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Subsídio de refeição	163 400	5,4%	128 973	5,0%	34 427	26,7%
Subsídio de férias e Natal	316 845	10,5%	262 045	10,2%	54 799	20,9%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	69 022	2,3%	84 609	3,3%	-15 588	-18,4%
Abonos variáveis ou eventuais:	58 215	1,9%	55 370	2,2%	2 846	5,1%
Horas extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ajudas de Custo	2 826	0,1%	2 279	0,1%	547	24,0%
Abono para falhas	5 953	0,2%	5 564	0,2%	390	7,0%
Formação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	0	0,0%	0	0,0%	0	100,0%
Outros suplementos e prémios	49 436	1,6%	47 527	1,9%	1 909	4,0%
Segurança social:	644 521	21,4%	545 913	21,3%	98 608	18,1%
Encargos com a saúde	92 693	3,1%	76 344	3,0%	16 349	21,4%
Outros encargos com a saúde	405	0,0%	751	0,0%	-346	-46,1%
Subsídio familiar a crianças e jovens	8 389	0,3%	6 485	0,3%	1 904	29,4%
Outras prestações familiares	1 441	0,1%	0	0,0%	1 441	0,0%
Contribuições para a segurança social	516 074	17,2%	429 286	16,7%	86 789	20,2%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a

Despesas com Pessoal	2023		2022		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	22-23	
	€	%	€	%	€	%
Outras Pensões	0	0,0%	6 677	0,4%	-6 677	n/a
Seguros	25 518	0,8%	26 370	1,0%	-852	-3,2%
Total	3 007 748	100,0%	2 567 676	100,0%	440 072	17,1%

Fonte: Elaboração Própria

As despesas com pessoal apresentam em 2023, um aumento no valor de 440.072€, face ao ano anterior. Este acréscimo, verificado em termos globais, observa-se essencialmente à atualização salarial, progressões na carreira e admissão de 1 Técnico Superior para o Serviço de Ação Social e Saúde, ao abrigo da delegação de competências na área da segurança social.

4.2.4 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital

Quadro 8 - Evolução das Despesas de Investimento Total

Rubricas	2023		2022		Variação	
	Valor		Valor		22-23	
	€		€		€	%
Habitações	230 492,11		100 037,77		130 454,34	130%
Aquisição	0,00		0,00		0,00	n/a
Reparação e Beneficiação	230 492,11		100 037,77		130 454,34	130%
Edifícios	1 021 726,51		419 874,75		601 851,76	143%
Instalações de Serviços	17 522,58		16 464,78		1 057,80	6%
Mercados e instalações de fiscalização sanitária	869 114,61		258 236,21		610 878,40	237%
Creches	6 150,00		40 652,45		-34 502,45	-85%
Escolas	128 939,32		100 247,06		28 692,26	29%
Outros	0,00		4 274,25		-4 274,25	n/a
Construções Diversas	393 670,97		464 161,34		-70 490,37	-15%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	393 670,97		464 161,34		-70 490,37	-15%
Iluminação Pública	0,00		0,00		0,00	n/a
Sinalização e Trânsito	0,00		0,00		0,00	n/a
Outros	0,00		0,00		0,00	n/a
Equipamento de Informática	29 696,50		35 166,87		-5 470,37	-16%
Software Informático	82 923,03		56 453,26		26 469,77	47%
Equipamento administrativo	36 849,82		8 068,88		28 780,94	357%

Rubricas	2023	2022	Variação	
	Valor	Valor	22-23	
	€	€	€	%
Equipamento básico	31 030,42	124 847,58	-93 817,16	-75%
Outro	31 030,42	124 847,58	-93 817,16	-75%
Ferramenta e Utensílios	15 352,31	13 569,34	1 782,97	13%
Investimentos Incorpóreos	0,00	0,00	0,00	n/a
TOTAL	1 841 741,67	1 222 179,79	619 561,88	51%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos do investimento global, o valor pago atingiu o montante 1.841.741,67€, que representa um acréscimo de 619.561,88€ face ao ano 2022.

No ano 2023, registou-se uma variação positiva de 130% no investimento na rubrica *Habitacões-reparação e beneficiação*.

As rubricas *Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária* e *Escolas* registaram uma variação positiva face ao ano 2022 de 237% e 29%, devido à execução das obras do Mercado Municipal e da EB1 de Figueiró da Granja, respetivamente.

Constata-se também um reforço de investimento nas rubricas de Software Informático e Equipamento Administrativo e *Ferramentas e Utensílios* de 47%, 357% e 13%, respetivamente.

Quadro 9 - Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município

Designação	2023		2022	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	1 395 946,10	100%	1 077 531,67	100%
-Fundos Comunitários	448 147,00	32%	925 056,00	86%
- Contratos de participação / Protocolos	947 799,10	68%	152 475,67	14%
Receitas próprias	0,00	0%	0,00	0%
Investimento Pago	1 981 965,37	100%	1 222 179,79	100%

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 10 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago
	Valor (€)	Valor (€)	Taxa de Execução (%)	Valor (€)
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)
Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável	49 602	27 552	55,55%	27 552
Promover o desenvolvimento económico de Fornos de Algodres	1 411 583	1 200 948	85,08%	1 176 518
Valorizar a Floresta e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens	65 332	63 832	97,70%	63 832
Prestar Serviços de excelência e inovadores	91 038	79 870	87,73%	68 578
Disponibilizar excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças	375 491	256 864	68,41%	256 864
Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade	36 745	36 282	98,74%	36 282
Melhorar espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade	943 487	909 639	96,41%	885 953
Total	2 973 279	2 574 986	86,60%	2 515 580

Fonte: Elaboração Própria

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que o objetivo “Promover o Desenvolvimento Económico de Fornos de Algodres” absorveu 1.176.518€ equivalente a 46,77% do investimento total.

4.2.5 Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um decréscimo de 10.482€, resultado essencialmente da variação negativa das Transferência de Capital. As transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos em termos orçamentais, são classificados como subsídios.

Quadro 11 - Estrutura das Transferências

Transferências	2023				2022	
	Realizado		Pago		Realizado	
	€	%			€	%
Transferências correntes	703 236	100,0%	676 705	100,0%	623 718	87,4%
Freguesias	180 097	25,6%	180 097	26,6%	104 259	14,6%
Associações de Municípios	68 992	9,8%	68 992	10,2%	35 201	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	185 004	26,3%	158 474	23,4%	207 220	29,0%
Outras	269 142	38,3%	269 142	39,8%	277 038	38,8%
Transferências de Capital	0	0,0%	0	0,0%	90 000	12,6%

Transferências	2023		2022	
	Realizado	Pago	Realizado	
	€	€	€	%
Freguesias	0	0	0	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	0	0	90 000	12,6%
Total	703 236	676 705	713 718	100%

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 12 - Transferências para as Freguesias

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições	Apoio á Atividade das Freguesias	Total
	€	€	€
Algodres	92,81	15 500,00	15 592,81
Casal Vasco	89,53	15 500,00	15 589,53
Figueiró da Granja	94,50	15 500,00	15 594,50
Fornos de Algodres	709,81	15 500,00	16 209,81
Infias	90,76	15 500,00	15 590,76
Maceira	90,12	15 500,00	15 590,12
Matança	90,04	15 500,00	15 590,04
Muxagata	91,27	15 500,00	15 591,27
Queiriz	91,12	7 750,00	7 841,12
União Cortiço e Vila Chã	119,82	15 500,00	15 619,82
União Juncals, Vila Ruiva e Vila Soeiro	164,33	15 500,00	15 664,33
União Sobral Pichorro e Fuinhas	122,60	15 500,00	15 622,60
Total	1 846,71	178 250,00	180 096,71

Fonte: Elaboração Própria

As transferências para as Juntas de Freguesia correspondem a 1180.096,71€, decorrendo do apoio à atividade das freguesias, no âmbito do protocolo de delegação de competências no valor de 178.250,00€ e 1.846,71 de despesas consignadas relativas a eleições e gastos com o recenseamento eleitoral. Relativamente à Freguesia de Queiriz o valor de apoio à atividade da freguesia foi 15.500,00€, mas transferido 7.750,00€ no ano 2023, sendo que o valor remanescente será transferido no início de 2024.

Quadro 13 - Transferência por Entidades

Entidade	2023	2022	Variação 22-23	
	€	€	€	%
Associações				
Associação Human. Bombeiros Voluntários FAG	76 488,92	78 498,27	-2 009,35	-2,6%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	38 647,39	93 540,22	-54 892,83	-58,7%

Entidade	2023	2022	Variação 22-23	
	€	€	€	%
Associação de Promoção S.C. D. Fornos de Algodres	378,12	0,00	378,12	n/a
Associação Promoção S.R.D.H. Maceira	10 751,30	12 044,59	-1 293,29	-10,7%
Associação Cultural e Recreativa dos Amigos de Casal do Monte	1 116,53	0,00	1 116,53	n/a
Associação de Promoção Social, RD de S. Pedro de Infias	485,66	378,12	107,54	28,4%
Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	769,23	378,12	391,11	103,4%
Associação de Promoção Social, Recreativa e Desportiva de Vila Ruiva	0,00	5 204,76	-5 204,76	-100,0%
Associação Para O Desenvolvimento Muxagata	104,30	0,00	104,30	n/a
Associação Recreativa e Cultural de Figueiró da Granja	1 116,53	0,00	1 116,53	n/a
ARISCA - Associação Revitalização I. S.C. de Algodres	1 358,18	1 116,53	241,65	n/a
Associação Cult.Desp. Recreat. "Os Capelenses"	518,25	0,00	518,25	n/a
Associação Cultural, Desp. Rec. Stº António Ribeira	749,67	378,12	371,55	98,3%
Colcheia Mágica - Associação Cultural, Musical e Recreativa	596,48	0,00	596,48	n/a
Albi ASTA - Associação de Teatro e outras Artes do distrito de Castelo Branco	0,00	18 605,99	-18 605,99	-100,0%
Associação Dignitude	8 100,00	4 240,00	3 860,00	n/a
Associação Geopark Estrela	5 000,00	15 100,00	-10 100,00	-66,9%
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	0,00	5 292,87	-5 292,87	-100,0%
Casa do Sport Lisboa e Benfica de Fornos de Algodres	0,00	679,27	-679,27	-100,0%
CEKS Clube de Escolas de Karaté Shukokai	1 256,61	580,31	676,30	116,5%
Clube Rodas do Inferno	792,05	463,73	328,32	70,8%
Confraria da Urtiga de Fornos de Algodres	1 499,35	1 116,53	382,82	34,3%
Corpo Nacional de Escutas - 1393 Fornos de Algodres	2 154,50	2 500,59	-346,09	-13,8%
Grupo Desportivo e Recreativo de Figueiró da Granja	1 502,61	2 586,21	-1 083,60	-41,9%
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Figueiró da Granja	2 100,00	5 600,00	-3 500,00	-62,5%
Clube de Caça e Pesca de Fornos de Algodres	795,31	791,91	3,40	0,4%
Comité Português para a UNICEF	1 000,00	1 000,00	0,00	0,0%
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	0,00	74 914,09	-74 914,09	-100,0%
Associação de Pais e Enc. Educação da AEFA	805,08	0,00	805,08	n/a
Núcleo de Amigos de Vila Chã	387,87	378,12	9,75	2,6%
ADIRAM -Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha	0,00	4 800,00	-4 800,00	-100,0%
Subtotal	158 473,94	330 188,35	-171 714,41	-52,0%
Outros				
Programas CEI	193 401,47	173 369,04	20 032,43	11,6%
Bolsas de Estudo	10 199,00	14 283,50	-4 084,50	-28,6%
Programa Emergência Social	8 426,19	10 551,17	-2 124,98	-20,1%

Entidade	2023	2022	Variação 22-23	
	€	€	€	%
Programa de Ocupação de Tempos Livres	7 068,00	6 156,00	912,00	14,8%
Medidas de Apoio à Natalidade	12 431,37	10 768,13	1 663,24	15,4%
Apoio à Criação de Ovinos	19 835,50	23 104,00	-3 268,50	-14,1%
Apoio aos Apicultores	5 780,43	5 010,00	770,43	15,4%
Vales Concurso de Natal	4 400,00	4 250,00	150,00	3,5%
Indemnizações mercado municipal	7 600,00	29 546,25	-21 946,25	-74,3%
Subtotal	269 141,96	277 038,09	-7 896,13	-2,9%
Total	427 615,90	607 226,44	-179 610,54	-29,58%

Fonte: Elaboração Própria

A variação negativa de 179.610,54€, deve-se essencialmente à diminuição das transferências para a CIMBSE e Associação Albi Asta e às Indemnizações do Mercado Municipal.

4.3 Análise da Receita

4.3.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Quadro 14 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação

Designação	Orçamento	Modificações	Orçamento
	Inicial		Final
	€	€	€
Receitas Correntes	7 641 378	11 801	7 653 180
Receitas de Capital	2 574 102	111 422	2 685 524
Outras Receitas	100	758 729	758 829
Total	10 215 580	881 953	11 097 533

Fonte: Elaboração Própria

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

4.3.2 Execução Orçamental da Receita

Quadro 15 Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica

Designação	Orçado	Liquidado	Cobrado	Desvio	Taxa de Execução
	€	€	€	€	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)=(3)/(1)
Impostos Diretos	813 356	809 683	809 683	-3 674	99,55%
Impostos Indiretos	3 140	3 362	3 351	210	106,69%
Taxas, multas e outras penalidades	129 767	106 833	113 105	-16 662	87,16%

Designação	Orçado € (1)	Liquidado € (2)	Cobrado € (3)	Desvio € (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)
Rendimentos de propriedade	211 651	268 929	268 798	57 147	127,00%
Transferências Correntes	5 739 761	6 100 760	6 100 760	360 999	106,29%
Venda de bens e serviços correntes	620 303	475 559	490 803	-129 500	79,12%
Outras receitas correntes	135 201	138 862	136 281	1 080	100,80%
Receitas correntes	7 653 180	7 903 987	7 922 779	269 600	103,52%
Vendas de bens de investimento	2 400	0	0	-2 400	0,00%
Transferências de capital	2 683 024	1 395 946	1 395 946	-1 287 077	52,03%
Receitas de capital	2 685 424	1 395 946	1 395 946	-1 289 477	51,98%
Passivos Financeiros	100	50 707	50 707	50 607	50706,89%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	100	973	4 123	4 023	4123,10%
Saldo da Gerência Anterior	758 729	758 729	758 729	0	100,00%
TOTAL	11 097 533	10 110 343	10 132 285	-965 248	91,30%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos globais, as receitas totais liquidadas são inferiores no valor de 987.190€ em relação aos valores orçados.

As receitas de capital contribuíram com um desvio negativo de 1.289.479€, por sua vez as receitas correntes registaram um desvio positivo de 250.807€.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 91,30%.

Quadro 16 - Receita Liquidada e Não Cobrada

Designação	Valor €
Receita orçada	11 097 533
Receita liquidada	10 110 343
Receita cobrada	10 132 285
Receita liquidada e não cobrada	-21 942

Fonte: Elaboração Própria

A receita cobrada a terceiros e não liquidada ascende a 21 942€ e é relativa a cobranças de anos anteriores (faturação da água).

4.3.3 Evolução da Receita

Quadro 17 - Evolução da Receita Global Cobrada

Designação	2023 €	Peso %	2022 €	Variação 22-23
Impostos Diretos	809 683	8,64%	825 418	-1,91%
Impostos indiretos	3 351	0,04%	2 913	15,01%
Taxas, multas e outras penalidades	113 105	1,21%	113 883	-0,68%
Rendimentos de propriedade	268 798	2,87%	229 090	17,33%
Transferências Correntes	6 100 760	65,08%	5 004 265	21,91%
Venda de bens e serviços correntes	490 803	5,24%	449 893	9,09%
Outras receitas correntes	136 281	1,45%	72 020	89,23%
Receitas correntes	7 922 779	84,52%	6 697 483	18,29%
Vendas de bens de investimento	0	n/a	18 515	n/a
Transferências de capital	1 395 946	14,89%	1 077 532	29,55%
Passivos Financeiros	50 707	n/a	0	n/a
Receitas de capital	1 446 653	15,43%	1 096 047	31,99%
Total das receitas s/ reposições	9 369 432	99,96%	7 793 530	20,22%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	4 123	0,04%	8 898	-53,66%
Total das receitas com reposições	9 373 555	100,00%	7 802 428	20,14%
Saldo da gerência anterior	758 729	0,00%	1 266 471	0,00%
Total	10 132 285	100,00%	9 068 899	11,73%

Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2023 a receita cobrada aumentou em 1.063.386€, face ao ano de 2022.

Este acréscimo, verificado em termos globais, decorre, da rubrica *Transferências Correntes* e da rubrica de *Transferências de Capital*, 21,91% e 29,55%, respetivamente.



Quadro 18 - Evolução da Estrutura da Receita Fiscal

Designação	Orçado	2023		2022	
		Executado	Desvio	Executado	Varição
	€	€	€	€	22-23
Impostos diretos	813 356	800 000	-13 357	808 669	-1,07%
Imp. Mun.sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	508 919	505 512	-3 407	517 032	-2,23%
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	125 006	115 057	-9 949	108 214	6,32%
Imp. Mun.sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)/SISA	131 653	131 653	0	143 580	-8,31%
Derrama	47 778	47 778	0	39 843	19,92%
Impostos indiretos	3 140	3 339	199	2 913	14,62%
Mercados e feiras	0	0	0	161	n/a
Loteamentos e obras	764	702	-62	691	n/a
Ocupação da via pública	24	24	0	24	n/a
Outros	2 353	2 614	261	2 038	28,25%
Taxas, multas e outras penalidades	129 767	113 097	-16 671	113 881	-0,69%
Total	946 264	916 436	-29 828	925 463	-0,98%

Fonte: Elaboração Própria

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, embora este ano se tenha registado uma diminuição de 0,98% em relação ao ano de 2022, influenciado essencialmente pela diminuição na cobrança do IMT (11.927€).

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi de 800.000€.

Quadro 19 - Estrutura e Execução das Receitas de Capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	400	0,02%	0	0,00%	-400	0,00%
Habitacões	400	0,02%	0	0,00%	-400	0,00%
Edifícios	400	0,02%	0	0,00%	-400	0,00%
Outros bens de investimento	1 200	0,07%	0	0,00%	-1 200	0,00%
Venda de bens de investimento	2 400	0,15%	0	0,00%	-2 400	-100,00%
Fundo de equilíbrio financeiro	448 151	27,57%	48 147	4,58%	-400 004	-89,26%
FEDER	1 174 831	72,27%	947 799	90,20%	-227 032	80,68%
Transferências de Capital	1 622 982	99,84%	995 946	94,78%	-627 036	61,37%
Passivos Financeiros	100	0,01%	50 707	4,83%	50 607	50706,89%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100	0,01%	4 123	0,39%	4 023	4023,10%
Total	1 625 582	100,00%	1 050 776	100,00%	-625 413	64,64%

Fonte: Elaboração Própria

4.3.4 Transferências e Subsídios Obtidos

Quadro 20 - Receita Proveniente de Transferências

Transferências	2023		2022		Variação 22-23
	Valor	Peso	Valor	Peso	
	€	%	€	%	
FEF/FSM/ Participação fixa no IRS	5 277 741	68,87%	4 968 478	80,64%	6,22%
Correntes	4 829 594	63,02%	4 043 422	65,63%	19,44%
Capital	448 147	5,85%	925 056	15,01%	-51,55%
Fundos Comunitários	1 186 653	15,48%	299 228	4,86%	0,00%
Correntes	238 854	3,12%	146 752	2,38%	0,00%
Capital	947 799	12,37%	152 476	2,47%	0,00%
Outros contratos programa / Protocolos	1 198 990	15,65%	893 519	14,50%	34,19%
Correntes	1 198 990	15,65%	893 519	14,50%	34,19%
Capital	0	0,00%	0	0,00%	n/a
Transferências					
Correntes	6 267 438	81,78%	5 083 692	82,51%	23,29%
Capital	1 395 946	18,22%	1 077 532	17,49%	29,55%
Total	7 663 384	100,00%	6 161 224	100,00%	24,38%

Fonte: Elaboração Própria

As transferências obtidas são superiores em 1.502.160€ em relação às recebidas em 2022, que resulta da variação das diversas rubricas.

4.4 Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 21 - Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2022	758 729	134 856	893 586
Receitas arrecadadas	9 362 161	26 154	9 388 315
Despesas Pagas	10 007 153	4 140	10 011 293
Saldo a transitar para 2024	113 737	156 870	270 608

Fonte: Elaboração Própria

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 270608€, que se decompõe em 113.737€ de saldo de operações orçamentais e 156.870€ de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte:

Quadro 22 - Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Clientes e utentes c/ cauções	0	0	0	0
Retenção de impostos sobre rendimentos	2172	0	0	2 172
Restantes impostos	52	0	0	52
Contribuições para a Segurança Social	0	0	0	0
Outras tributações	0	0	0	0
Sindicatos	26	0	0	26

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Total	2 250	0	0	2 250

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

Quadro 23 - Garantias e Cauções

Descrição	Total
	€
Saldo Inicial	1 567 782
Cauções rececionadas	0
Cauções devolvidas	0
Saldo para a gerência seguinte	1 567 782

Fonte: Elaboração Própria

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

5 Análise da Situação Económico-Financeira

5.1 Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2023.

Quadro 24 - Balanço Sintético

Designação	2023		2022		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	22-23	
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	39 412 541	96,69%	37 803 792	94,81%	1 608 749	4%
Existências	6 180	0,00%	6 989	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	1 064 253	2,61%	1 151 031	2,89%	-86 778	-8%
Disponibilidades	270 608	0,66%	893 586	2,24%	-622 978	-70%
Acréscimos e diferimentos	8 221	0,02%	17 488	0,04%	-9 267	47%
Ativo líquido	40 761 803	99,98%	39 872 886	99,98%	888 917	2,23%
Património	3 901 527	36,98%	3 901 527	37%	0	0%
Ajustamentos em partes de capital	0	0,00%	0	0%	0	0%
Reservas	0	0,00%	0	0%	0	0%
Subsídios	0	0,00%	0	0%	0	0%
Doações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Regularizações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Resultados	6 648 267	63,02%	6 715 845	63%	-67 578	-1%
Fundos próprios	10 549 795	100,00%	10 617 372	100,00%	-67 578	-1%
Provisões para riscos e encargos	2 360 553	7,81%	2 354 349	8,05%	6 204	100%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	26 308 629	87,08%	25 585 945	87,46%	722 684	3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1 542 826	5,11%	1 315 220	4,50%	227 606	17%
Passivo	30 212 008	100%	29 255 514	100%	956 494	3,27%

Fonte: Elaboração Própria

O aumento de 4,79% do ativo líquido deve-se sobretudo ao efeito do aumento do imobilizado (1.608.749€), devido ao reconhecimento do imobilizado da E-Redes de acordo com a *NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços (transição para o SNC - AP)*, bem como do registo pelo valor patrimonial tributário (VPT) em Ativos Fixos Tangíveis, o imóvel da Residência de Estudantes de Fornos de Algodres resultante da concretização do quadro de transferência de competência para os órgãos municipais.

Relativamente às *dívidas a terceiros – curto prazo* resultou um decréscimo de 8% (86.778€). Em cumprimento do normativo contabilístico e demais disposições legais, registou-se em receção e conferência de todos os documentos de dívida efetuada.

Quadro 25 - Indicadores do Balanço

Indicadores	2023	2022
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo/Ativo Total	96,69%	94,81%
Ativo Circulante/Ativo Total	3,31%	5,19%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	2921,04%	1827,07%
Estrutura do Passivo		
Recursos Permanentes/Passivo	197,35%	197,05%
Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	94,49%	95,18%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	5,57%	4,95%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	5,89%	5,21%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio longo prazo	149,81%	147,75%
Amortizações do exercício/Variação do Imobilizado	60,13%	70,95%
Análise do Passivo Exigível		
Coefficiente do Endividamento		
Passivo Exigível/Fundos Próprios	264,00%	253,37%
Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo		
Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	14,62%	12,39%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo		
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	249,38%	240,98%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	66,75%	67,68%
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios/Ativo Total	0,26	0,27
Grau de Liquidez Geral		
Ativo Circulante/Exigível a Curto Prazo	2,48	2,37
Grau de Liquidez Imediata		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,64	1,57
Grau de Solvabilidade		
Ativo/Passivo Exigível	1,35	1,48

Fonte: Elaboração Própria

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2022.

Na estrutura do passivo constatou-se um ligeiro aumento dos passivos de curto prazo comparativamente com o ano 2022.

A autarquia deve apresentar uma certa independência em relação a capitais alheios, pelo que, no financiamento dos seus investimentos, deve recorrer essencialmente a capitais próprios. O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio.

Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2023 tem o valor de 0,26.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, acumulou desde 2004 resultados líquidos negativos que se refletem nos resultados transitados, que no ano 2023 representam o valor acumulado de – 7 060 148,55€, pelo que a sustentabilidade financeira, comprovada pela autonomia financeira, o que compromete a autonomia financeira nos próximos anos.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2023 de 2,48. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Facto que se verifica desde o ano de 2015.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. O valor em 2023 é de 1,64 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante.

O Grau de Solvabilidade representa a capacidade de a empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O nível satisfatório para o Grau de Solvabilidade é o valor 1.

O Grau de Solvabilidade em 2023 é de 1,35, o que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está garantida o que, do ponto de vista económico representa um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo e tem expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.

Conclui-se que os meios próprios da autarquia se revelam suficientes para cumprir todas as suas obrigações à medida que se vão vencendo.

5.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por Natureza adequa-se ao previsto no novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), apresentando os resultados das operações económicas (gastos e rendimentos) da Autarquia durante o ano de 2023.

Quadro 26 - Demonstração dos Resultados por Natureza

Designação	2023		2022		Variação 22-23	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
Gastos						
1 Custos Merc. Vend. e das mat. Consumidas	205 393	2,15%	238 864	2,72%	-33 472	-14,01%
2 Fornecimentos e Serviços Externos	2 920 249	30,63%	2 561 930	29,23%	358 319	13,99%
3 Gastos com Pessoal	2 983 292	31,29%	2 550 308	29,09%	432 984	16,98%
4 Transferências e Subsídios Concedidos	704 128	7,39%	695 754	7,94%	8 373	1,20%
5 Gastos/reversões de Depreciação e Amortização	2 426 537	25,45%	2 292 065	26,15%	134 472	5,87%
6 Provisões	7 596	0,08%	21 697	0,25%	-14 101	-64,99%
7 Juros e Gastos Similares Suportados	249 141	2,61%	399 706	4,56%	-150 565	-37,67%
8 Outros Gastos	36 799	0,39%	5 564	0,06%	31 235	561,41%
Total	9 533 134	100,00%	8 765 888	100,00%	767 246	8,75%
Rendimentos						
9 Vendas e Prestações de Serviços	516 511	5,77%	313 072	3,78%	203 439	64,98%
10 Impostos, Contribuições e Taxas	1 031 255	11,52%	997 092	12,04%	34 163	3,43%
11 Variação da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	n/a
12 Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	5 719 482	63,88%	5 505 263	66,49%	214 219	3,89%
13 Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0,00%	0	0,00%	0	n/a
14 Outros Proveitos	1 685 844	18,83%	1 464 224	17,68%	221 620	15,14%
Total	8 953 092	100,00%	8 279 651	100,00%	673 441	8,13%
Resultado líquido do exercício	-580 042		-486 237		-93 805	19,29%

Fonte: Elaboração Própria

Os gastos reconhecidos no exercício de 2023 apresentam, no seu conjunto, um acréscimo de 767.246€ relativamente ao ano anterior.

Os Gastos com Pessoal têm um peso nos gastos da autarquia de 29,23%, sendo ligeiramente superiores ao peso dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) nos gastos totais.

Os rendimentos aumentaram em 673.441 € em relação a 2022.

Do balanceamento entre os gastos e rendimentos resulta um resultado líquido do exercício negativo de 580.042€.

5.3 Análise à Situação da Dívida

5.3.1 Dívida Global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

Quadro 27 - Evolução da Dívida Bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2023	Capital em dívida 31/12/2022	Variação 22-23	
			€	%
Médio Longo Prazo				
FAM	25 485 825,72	26 159 912,97	674 087	2,6%
Total	25 485 825,72 €	26 159 912,97 €	674 087,25 €	2,6%

Fonte: Elaboração Própria

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). No final do ano de 2023 esta dívida ascendia a 25.485.825,72€, registando uma diminuição de 674.087€.

5.3.2 Serviço de Dívida

Quadro 28 - Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da dívida (MLP)	2023	2022	Variação 22-23	
			€	%
Juros	248 939	399 600	-150 661	-37,7%
Amortizações	724 794	706 599	18 195	2,6%
Total	973 734	1 106 200	-132 466	-12,0%

Fonte: Elaboração Própria

O total gasto no serviço da dívida foi de 973.734€ no ano de 2023 e 1.106.200€ em 2022, que significa um decréscimo de 12% face ao valor gasto em 2022.

5.3.3 Dívida Total

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira.

Quadro 29 - Índices de Mecanismos de Recuperação Financeira

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
(1)	≥ 1 e $\leq 1,5$	Facultativo	-
(2)	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	Obrigatório	-
(2)	> 1 e $< 2,25$	Obrigatório	-
(3)	$\geq 2,25$ e ≤ 3	Obrigatório	-
(5)	> 3	-	Obrigatório

Fonte: Elaboração Própria

A 31 de dezembro de 2023 o Município de Fornos de Algodres encontra-se em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, uma vez que a dívida total representa 3,87 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios.

A dívida total e o excesso de endividamento estão apresentados no quadro seguinte, estando contemplada quer a dívida do Município, quer a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total a que se refere o art.º 54º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, sendo a mesma provisória.

Quadro 30 - Limites do Endividamento

Rúbrica	Valor
Média da Receita Corrente Líquida Cobrada	6.699.130,00
Limite da dívida (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos)	10.048.695,33
Dívida total	25.906.230,30
Dívida a Terceiros – Passivo não Corrente	24.779.226,48
Dívida a Terceiros – Passivo Corrente	1.127.003,82
Excesso	15.857.534,97

Fonte: Elaboração Própria

Assim caso fosse aplicável a regra geral nos termos da alínea a) do n.º 3 do referido artigo, o Município deveria reduzir no final do ano pelo menos 10% do excesso de dívida total do ano anterior. Contudo e em

face dos objetivos do Plano de Ajustamento Municipal, os indicadores aplicáveis são os previstos naquele Plano.

5.4 Equilíbrio Orçamental

Conforme artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

1. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médios e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo da verificação do equilíbrio orçamental a 31 de dezembro de 2023:

Quadro 31 - Equilíbrio Orçamental

Receita corrente bruta cobrada	Despesa Corrente Paga	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) +(3)	(5) = (4)-(1)
7.922.779 €	6.766.779 €	821.163 €	7.587.942 €	334.837 €

Fonte: Elaboração Própria

Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, o Município de Fornos de Algodres apresenta uma receita corrente bruta cobrada superior em 334.837€, face ao somatório das despesas correntes com as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Assim, demonstra-se que o Município de Fornos de Algodres cumpriu no ano 2023 a regra do equilíbrio orçamental.

5.5 Plano Ajustamento Municipal

Anexo I

5.6 Contabilidade de Gestão

Anexo II

5.7 Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 580.042,01€ tenha a seguinte aplicação:

580.042,01€ para Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal



(Dr. António Manuel Pina Fonseca)



Relatório de Monitorização FAM

4.º Trimestre 2023

Índice Geral

Índice Geral	3
Índice de tabelas.....	4
1. Enquadramento.....	7
1.1. Enquadramento geral	7
1.2. Primeira Revisão ao Plano de Ajustamento Municipal (PAM)	8
2. Reequilíbrio Orçamental.....	9
2.1. Receita.....	10
2.1. Despesa.....	18
3. Plano de Reestruturação da Dívida.....	25
4. Assistência Financeira	27



Índice de tabelas

Tabela 1 – Resumo geral da aferição do In/Cumprimento dos objetivos da receita do PAM.....	10
Tabela 2 – Aferição do In/Cumprimento da participação fixa no IRS no PAM (4.º trimestre 2023)	11
Tabela 3 – Aferição do In/Cumprimento da Derrama no PAM (4.º trimestre 2023).....	12
Tabela 4 – Aferição do In/Cumprimento do Imposto Municipal sobre Imóveis no PAM (4.º trimestre 2023)	13
Tabela 5 – Aferição do In/Cumprimento da venda de bens e serviços correntes no PAM (4.º trimestre 2023).....	14
Tabela 6 – Aferição do In/Cumprimento de imposto indiretos, taxas, multas e outras penalizações e venda de bens e serviços correntes no PAM (4.º trimestre 2023)	15
Tabela 7 – Aferição do In/Cumprimento de rendimentos de propriedade no PAM (4.º trimestre 2023)	16
Tabela 8 – Aferição do In/Cumprimento de venda de bens de investimento no PAM (4.º trimestre 2023)	17
Tabela 9 – Resumo geral da aferição do In/Cumprimento dos objetivos da despesa do PAM	18
Tabela 10 – Aferição do In/Cumprimento das despesas com pessoal no PAM (4.º trimestre 2023) ...	19
Tabela 11 – Aferição do In/Cumprimento das despesas de abonos variáveis ou eventuais no PAM (4.º trimestre 2023).....	19
Tabela 12 – Aferição do In/Cumprimento do número de trabalhadores no PAM (2019).....	20
Tabela 13 – Aferição do In/Cumprimento de horas extraordinárias no PAM (4.º trimestre 2023)	21
Tabela 14 - Aferição do In/Cumprimento da aquisição de bens de capital no PAM (4.º trimestre 2023)	21
Tabela 15 - Medidas de Consolidação Orçamental (Receita)	29
Tabela 16 - Medidas de Consolidação Orçamental (Despesa)	30
Tabela 17 - Limites quantitativos da Receita (4.º trimestre de 2023).....	31
Tabela 18 - Limites quantitativos da Despesa (4.º trimestre de 2023).....	32



Tabela 19 - Análise do Stock e Sustentabilidade da dívida (4.º trimestre de 2023).....	34
---	-----------



1. Enquadramento

1.1. Enquadramento geral

O Município de Fornos de Algodres encontra-se numa situação de rutura financeira desde 30 de setembro de 2008, o que originou que em 17 de setembro de 2009 fosse publicado em Diário da República o seu Plano de Reequilíbrio Financeiro. Por sua vez, no dia 21 de janeiro de 2010, foi deliberado por unanimidade, em Assembleia Municipal, a concessão de autorização para contratação do empréstimo a médio e longo prazo, até ao limite de 35.000.000,00€, no âmbito desse mesmo Plano de Reequilíbrio Financeiro.

A Lei 53/2014 de 25 agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (FAM), tem como objetivo estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam ao Município atingir e respeitar o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2014, de 16 de julho, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira, tem de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e recorrer ao FAM.

Pelo que, a 23 de setembro de 2014 a Câmara Municipal de Fornos de Algodres reuniu ordinariamente, deliberando por unanimidade reconhecer a situação de rutura financeira e aceder ao FAM, em virtude das medidas aprovadas no Plano de Reequilíbrio Financeiro, se demonstrarem insuficientes para resolver a situação financeira da Autarquia.

Conforme disposto no artigo 29.º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, n.º 1, "Os municípios prestam trimestralmente à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação necessária à monitorização do PAM, a qual é efetuada de acordo com a estrutura definida pela direção executiva *"e n.º 2 "A Informação relativa ao segundo e ao quarto trimestre e cada ano é acompanhada de certificação do auditor externo do Município, devendo incidir nomeadamente sobre o grau de cumprimento dos objetivos do PAM."*

Informa o artigo 9.º da Lei 53/2014, alínea d, que versa sobre as Competências da direção executiva, que a mesma deverá "Monitorizar a execução dos PAMs".



Assim, no sentido de ser prestada a devida informação respeitante à execução do Programa de Ajustamento Municipal de Fornos de Algodres, é elaborado o presente relatório, sintetizando a mesma pelas três áreas de atuação:

1. Reequilíbrio Orçamental;
2. Plano de reestruturação da dívida;
3. Assistência Financeira.

1.2. Primeira Revisão ao Plano de Ajustamento Municipal (PAM)

O Município solicitou à Direção Executiva do FAM a 20 de outubro de 2020, a abertura formal do processo de revisão ordinária do PAM, tendo apresentado a versão final bem como os fundamentos inerentes à proposta de revisão do PAM a 26 de novembro do mesmo ano.

A principal proposta de revisão do PAM incidiu sobre a redução da taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI), de forma gradual entre 2021 e 2027, fixando-se a partir deste último ano uma taxa de 0,41%, a par da salvaguarda da sustentabilidade financeira do Município.

Uma outra medida não menos importante foi a de uma política de contratação de pessoal assente na entrada de um novo funcionário por cada colaborador que se aposente.

A Direção Executiva do FAM deliberou aprovar a proposta de revisão ao PAM do Município de Fornos de Algodres no dia 17 de dezembro de 2020 e adenda ao contrato, ao abrigo do artigo 33.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto na sua atual redação.

A mesma proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo no dia 22 de dezembro de 2020 e pelo Órgão Deliberativo a 30 de dezembro de 2020.



2. Reequilíbrio Orçamental

Conforme artigo 34º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, que define o objetivo do mesmo, as medidas de reequilíbrio orçamental constantes do PAM visam a racionalização da despesa e a maximização da receita municipal, bem como a otimização da gestão do seu património.

Para cumprimento deste objetivo principal foram definidas várias medidas acordadas entre o Município e o FAM nomeadamente os limites quantitativos trimestrais da execução orçamental da receita e da realização de despesas, assim como as medidas de consolidação orçamental, incluindo os impactos previstos e os respetivos prazos vigência do PAM.

No presente ponto, detalha-se a execução de cada uma das medidas no período em apreço, quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

Assim, conforme clausulado no Contrato PAM, o qual contempla todas as medidas de reequilíbrio orçamental contratualizadas, **apresentamos a execução do 4º trimestre de 2023.**



2.1. Receita¹

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da **receita** previsto no PAM em vigor, o Município de Fornos de Algodres tem efetuado uma monitorização trimestral, comparando a receita real à prevista no contrato PAM.

Assim são apresentadas na tabela seguinte as classificações orçamentais agregadas da aferição do In/Cumprimento da receita municipal, referente ao **4.º trimestre de 2023**. Realçar que a receita considerada nos cálculos seguintes é a “receita cobrada bruta”, de acordo com as recomendações da IGF.

Tabela 1 – Resumo geral da aferição do In/Cumprimento dos objetivos da receita do PAM²

(Un.: euro)

Capítulo (1)	RECEITA Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)		Variação Valor (6)=(5)-(4)		Conclusão (8)
01	Impostos diretos	813 356	656 994	809 683	152 688	123,2%		
02	Impostos indiretos	3 140	3 842	3 351	-491	87,2%		
04	Taxas, multas e outras penalidades	129 767	121 615	113 105	-8 509	93,0%		
05	Rendimento de propriedade	211 651	228 732	268 798	40 066	117,5%		
06	Transferências correntes	5 739 761	5 330 321	6 100 760	770 439	114,5%		
07	Venda de bens e serviços correntes	620 303	449 046	490 803	41 757	109,3%		
08	Outras receitas correntes	135 201	93 951	136 281	42 330	145,1%		
	Receitas Correntes	7 653 180	6 884 501	7 922 779	1 038 279	115,1%		
09	Venda de bens de investimento	2 400	2 448	0	-2 448	0,0%		
10	Transferências de capital	2 683 024	474 765	1 395 946	921 181	294,0%		
11	Ativos financeiros	0	0	0	0			
12	Passivos financeiros	100	102	50 707	50 605	49707,8%		
13	Outras receitas de capital	0	0	0	0			
15	Reposições não abaladas nos pagamentos	100	4 284	4 123	-161	96,2%		
	Receitas de Capital	2 685 624	481 599	1 450 776	969 177	301,2%		
	Total da Receita	10 338 803	7 366 100	9 373 555	2 007 456	127,3%	Cumprida	

Fonte: Elaboração Própria

No **4.º trimestre de 2023**, o Município de Fornos de Algodres **superou**, numa ótica global e em termos absolutos, o **objetivo previsto no PAM para a receita municipal**, com um desvio de 2.007.456€, correspondente ao uma percentagem igual a 127%.

¹ De acordo com a recomendação do relatório n.º 2020/119 de dezembro de 2020 da IGF, foi considerada a receita cobrada bruta (Anexo 4 (fls. 7))

² Cumpre ou supera o objetivo caso a variação seja nula ou positiva e a percentagem igual ou superior a 100%.



De forma a detalharmos em pormenor os resultados e as medidas inscritas no PAM, de seguida são apresentadas as medidas individualmente, bem como os resultados obtidos.

1 – O Município compromete-se a manter a participação variável no IRS à taxa máxima, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a participação fixa no IRS a cobrar em 2023, em 5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 22 de setembro de 2022, e em Assembleia Municipal no dia 19 de dezembro de 2022.

Tabela 2 – Aferição do In/Cumprimento da participação fixa no IRS no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023		
				Executado Valor (5)	Variação Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
06030103	Participação Fixa do IRS	124 045	101 197	124 045	22 848	122,58%
Total		124 045	101 197	124 045	22 848	122,58%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados a participação fixa no IRS arrecadada no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **124.045€**, correspondendo a 123%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

2 – O Município compromete-se a manter a taxa máxima de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a taxa de derrama a cobrar em 2023, no limite máximo de 1,5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 22 de setembro de 2022, e em Assembleia Municipal no dia 19 de dezembro de 2022.

Na tabela seguinte é apresentada a classificação orçamental da aferição do In/Cumprimento da derrama no PAM, para o 4.º trimestre de 2023.



Tabela 3 – Aferição do In/Cumprimento da Derrama no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)	Variação	
					Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
010205	Derrama	47 778	27 301	47 778	20 477	175,00%
Total		47 778	27 301	47 778	20 477	175,00%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados a derrama arrecadada no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **47.478€**, correspondendo a um aumento de 175%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

3 - O MUNICÍPIO, pode deliberar a aplicação de uma taxa do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) divergente da máxima em vigor, de modo gradual, nos seguintes termos:

- ✓ Taxa a aplicar em 2021 e 2022 – **0,43**;
- ✓ Taxa a aplicar em 2023 e 2024 – **0,42**;
- ✓ Taxa a aplicar em 2025 e 2026 – **0,41**;
- ✓ Taxa a aplicar de 2027 em diante – **0,41**.

No dia 22 de dezembro de 2020 foi aprovado em reunião de câmara a 1.ª Revisão ao PAM e aprovado pelo Órgão Deliberativo a 30 de dezembro de 2020, que autorizou a possibilidade de descida da taxa de IMI de 0,45% para 0,42% nos anos 2023 e 2024, revogando assim a anterior deliberação.

No seguimento da decisão descrita anteriormente, foi apresentada a proposta para a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar em 2023, no limite máximo (0,42%), que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 22 de setembro de 2022, e em Assembleia Municipal no dia 19 de dezembro de 2022.

Na tabela seguinte é apresentada a classificação orçamental da aferição do In/Cumprimento do Imposto Municipal sobre Imóveis no PAM, para o 4.º trimestre de 2023.



Tabela 4 – Aferição do In/Cumprimento do Imposto Municipal sobre Imóveis no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)	Variação	
					Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
010202	Imposto municipal sobre imóveis	508 919	466 533	514 310	47 776	110,24%
	Total	508 919	466 533	514 310	47 776	110,24%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados o IMI arrecadado no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestre de 2023 foi igual a **514.310€**, correspondendo a um aumento de 110%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

4 – O Município compromete-se a não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos nos termos e para os efeitos legalmente previstos, no que se refere à taxa de IMI e de derrama, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que foram tomadas as devidas deliberações pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal em 2022 para aplicação em 2023 das taxas máximas, previstas no Código do Imposto Municipal de Imóveis (CIMI) e na proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2023, não sendo aplicado nenhum fator minorativo.

4.A - O Município compromete-se a implementar, até ao final de 2022 um Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis Devolutos para aplicação de majoração da Taxa de IMI.

O Município cumpriu com a presente medida, tendo o regulamento sido aprovado em reunião de câmara no dia 25 de agosto de 2022 e em Assembleia Municipal no dia 19 de dezembro de 2022. O documento pode ser consultado no seguinte link: https://www.cm-fornosdealgodres.pt/wp-content/uploads/2023/04/Reg.CMFA_.72.01-Regulamento-Adicional-IMI.pdf



5 – O Município compromete-se a revogar benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja de competência do município, bem como a abster-se quanto à concessão de benefícios durante o prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que, no presente exercício, não foram atribuídos benefícios fiscais, nem aplicadas isenções de taxas em vigor.

6- O Município compromete-se a incorporar nos preços a cobrar pelo Município nos setores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM.

Na tabela seguinte são apresentadas as classificações orçamentais para a aferição do In/Cumprimento da venda de bens e serviços correntes, para o 4.º trimestre de 2023.

Tabela 5 – Aferição do In/Cumprimento da venda de bens e serviços correntes no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	4.º TRIM 2023		Variação	
			PAM_FAM Valor (4)	Executado Valor (5)	Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(5)/(4)
0701	Venda de bens	265 477		199 757		
			449 046		41 757	109,30%
0702	Serviços	354 826		291 046		
	Total	620 303	449 046	490 803	41 757	109,30%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados a venda de bens e serviços correntes arrecadados no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **490.803€**, correspondendo a 109%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

Realçamos, por exemplo, a venda de bens de mercadorias que teve um montante igual a 195.818€, bem como a venda de serviços de saneamento, com um montante igual a 129.613€, e os resíduos sólidos urbanos, com um montante igual a 106.702€.



7 – Adotar as medidas conducentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, com prazo de conclusão até 2022.

Na tabela seguinte são apresentadas as classificações orçamentais para a aferição do In/Cumprimento de imposto indiretos, taxas, multas e outras penalizações e venda de bens e serviços correntes, para o 4.º trimestre de 2023.

Tabela 6 – Aferição do In/Cumprimento de imposto indiretos, taxas, multas e outras penalizações e venda de bens e serviços correntes no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023		
				Executado Valor (5)	Variação Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(5)/(4)
02	Impostos indiretos	3 140	3 842	3 351	-491	87,21%
04	Taxas, multas e outras penalidades	129 767	121 615	113 105	-8 509	93,00%
07	Venda de bens e serviços correntes	620 303	449 046	490 803	41 757	109,30%
Total		753 210	574 503	607 258	32 756	105,70%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados de imposto indiretos, taxas, multas e outras penalizações e venda de bens e serviços correntes arrecadado no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **607.258€**, correspondendo a 106%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

7.A – O Município compromete-se, até ao final de 2022, a afetar um colaborador ou recorrer à contratação de uma entidade externa para assegurar a arrecadação de receita em resultado de fiscalizações do município, ao nível de multas e penalidades, pelo não cumprimento das diretivas municipais

Até ao 4º trimestre de 2023 o Município, em todos os processos enquadrados na presente medida o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres afetou, por processo, um colaborador para assegurar a arrecadação de receita, provenientes de diversas fiscalizações.



8 – O Município compromete-se a atualizar anualmente o regulamento e respetiva tabela municipal de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a atualização das taxas municipais, de acordo com taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 22 de setembro de 2022, e em Assembleia Municipal no dia 19 de dezembro de 2022.

9 – O Município compromete-se a dinamizar espaços e equipamentos municipais com entidades externas ao Município, tendo como prazo de conclusão o final do exercício de 2022.

Na tabela seguinte são apresentadas as classificações orçamentais para a aferição do In/Cumprimento de rendimentos de propriedade, relativos ao 4.º trimestre de 2023.

Tabela 7 – Aferição do In/Cumprimento de rendimentos de propriedade no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023		
				Executado Valor (5)	Variação Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
05	Rendimento de propriedade	211 651	228 732	268 798	40 066	117,52%
	Total	211 651	228 732	268 798	40 066	117,52%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados os rendimentos de propriedade arrecadados no 4.º trimestre de 2023 foram iguais a **268.798€**, correspondendo a 118%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

10 – O Município compromete-se a utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente a que decorrer da venda de bens de investimento.

Na tabela seguinte são apresentadas as classificações orçamentais para a aferição do In/Cumprimento de venda de bens de investimento, referente ao 4.º trimestre de 2023.



Tabela 8 – Aferição do In/Cumprimento de venda de bens de investimento no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)	Variação	
					Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
09	Venda de bens de investimento	2 400	2 448	0	-2 448	0,00%
	Total	2 400	2 448	0	-2 448	0,00%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados a venda de bens de investimentos arrecadados no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **0.00€**, correspondendo a 0%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

11 – O Município compromete-se a efetuar as comunicações legalmente necessárias e previstas na lei e nos termos e para os efeitos previstos no número acima, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, devendo informar o FAM, das mesmas ao abrigo da monitorização do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, dado que as comunicações estão a ser reportadas atempadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no que respeita à fixação das taxas de IMI, Derrama, Participação variável no IRS e às operadoras de telecomunicações no que respeita à Taxa Municipal de Direitos de Passagem.



2.1. Despesa

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da **despesa** previsto no PAM em vigor, o Município de Fornos de Algodres tem efetuado uma monitorização trimestral, comparando a receita real à prevista no contrato PAM.

Assim são apresentadas na tabela seguinte as classificações orçamentais agregadas da aferição do In/Cumprimento da despesa municipal, referente ao **4.º trimestre de 2023**.

Tabela 9 – Resumo geral da aferição do In/Cumprimento dos objetivos da despesa do PAM ³

(Un.: euro)

Capítulo (1)	DESPESA Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)	Variação		Conclusão (8)
					Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(5)/(4)	
01	Despesas com pessoal	3 055 658	2 677 379	2 949 524	272 145	110,2%	
02	Aquisição de bens e serviços	3 206 519	1 850 256	2 829 094	978 838	152,9%	
03	Juros e outros encargos	250 500	452 043	248 939	-203 104	55,1%	
04	Transferências correntes	816 656	363 640	676 705	313 065	186,1%	
05	Subsídios	0	0	0	0		
06	Outras despesas correntes	69 806	21 449	62 517	41 068	291,5%	
	Total da Despesas Corrente	7 399 139	5 364 767	6 766 779	1 402 012	126,1%	
07	Aquisição de bens de capital	2 973 279	900 427	2 515 580	1 615 153	279,4%	
09	Ativos financeiros	0	34 965	0	-34 965	0,0%	
10	Passivos financeiros	725 114	684 238	724 794	40 556	105,9%	
08	Transferências de capital	0	18 702	0	-18 702	0,0%	
11	Outras despesas de capital	0	0	0	0		
	Total da Despesa de Capital	3 698 393	1 638 333	3 240 374	1 602 041	197,8%	
	Total da Despesa	11 097 533	7 003 100	10 007 153	3 004 053	142,9%	Incumprida

Fonte: Elaboração Própria

No **4.º trimestre de 2023**, o Município de Fornos de Algodres **não superou**, numa ótica global e em termos absolutos, o **objetivo previsto no PAM para a despesa municipal**, com um desvio de 3.004.053€, correspondente ao uma percentagem igual a 143% (aproximadamente).

De forma a detalharmos em pormenor os resultados e as medidas inscritas no PAM, de seguida são apresentadas as medidas individualmente, bem como os resultados obtidos.

³ Cumpre ou supera o objetivo caso a variação seja nula ou negativa e a percentagem igual ou inferior a 100%.



12 – O Município compromete-se a racionalizar a despesa realizada com pessoal até 2019, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada com pessoal, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior á taxa de inflação.

Na tabela seguinte é apresentada a classificação agregada para a aferição do In/Cumprimento das despesas com pessoal, referente ao **4.º trimestre de 2023**.

Tabela 10 – Aferição do In/Cumprimento das despesas com pessoal no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Despesa Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)	Variação	
					Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
01	Despesas com pessoal	3 055 658	2 677 379	2 949 524	272 145	110,16%
Total		3 055 658	2 677 379	2 949 524	272 145	110,16%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados a despesa com pessoal realizada no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **2.949.524€**, correspondendo a 110%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

Por forma a dar cumprimento à lei em vigor, foi efetivado o pagamento, não previsto na elaboração do PAM, do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, bem como a atualização salarial decorrente da lei.

13 – O Município compromete-se com a monitorização, pelo prazo de vigência do PAM, de encargos variáveis ou eventuais, designadamente trabalho extraordinário, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por norma a respeitar os limites de despesas contantes nos Mapas e o disposto no número anterior.

Na tabela seguinte é apresentada a classificação agregada para a aferição do In/Cumprimento de abonos variáveis ou eventuais, referente ao **4.º trimestre de 2023**.

Tabela 11 – Aferição do In/Cumprimento das despesas de abonos variáveis ou eventuais no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Despesa Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023 Executado Valor (5)	Variação	
					Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(6)/(4)
0102	Abonos variáveis ou eventuais	46 482	21 122	48 896	27 774	231,49%
01021304	Outros - Subsídios de insalubridade (obrigatório por lei	15 903	0	8 955	8 955	
Total		62 385	21 122	57 851	36 729	273,89%

Fonte: Elaboração Própria



Em termos acumulados os abonos variáveis ou eventuais realizados no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **57.851€**, correspondendo a 274%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.

Por forma a dar cumprimento à lei em vigor, foi efetivado o pagamento, não previsto na elaboração do PAM, do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, bem como a atualização salarial decorrente da lei.

14 – O Município compromete-se a reduzir o número de postos de trabalho até 2019 de acordo com o quadro seguinte:

Na tabela seguinte é apresentada a comparação, entre 2016 e 2019, do número de trabalhadores previstos no PAM, com o número real ao serviço.

Tabela 12 – Aferição do In/Cumprimento do número de trabalhadores no PAM (2019)

FORNOS DE ALGODRES	(n.º trabalhadores)			
	2016	2017	2018	2019
Pessoal previsto no PAM	93	93	93	89
Pessoal ao serviço no município	86	85	86	87
Diferença	-7	-8	-7	-2

Fonte: Elaboração Própria

Durante o período de 2016 a 2019 o município cumpriu na íntegra este ponto, tendo a sua redução sido superior ao expectável, devido aos trabalhadores que se aposentaram neste período.

A 15/05/2018 o Executivo Municipal solicitou à Direção do FAM a integração no mapa de pessoal de 14 Assistentes Operacionais e 9 Assistentes Técnicos, ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). A Direção Executiva do FAM autorizou o procedimento concursal a 23/05/2018, tendo por base o facto de não haver impacto na sustentabilidade da dívida com a aplicação das medidas compensatórias previstas.

As alterações ao quadro de pessoal foram aprovadas pelo Órgão Executivo em reunião de 21/06/2018 e pelo Órgão Deliberativo em Assembleia Municipal de 29/06/2018, encontrando-se integrados no quadro de pessoal a 30 de junho os 23 novos colaboradores.



O Município de Fornos de Algodres assumiu a partir do dia 01/09/2020 a delegação da competência da Educação, ao abrigo da Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, de acordo com a deliberação do Órgão Executivo de 30/08/2020 e do Órgão Deliberativo de 27/09/2020. Com a aceitação desta competência foram transferidos para o quadro do Município 26 Assistentes Operacionais e 6 Assistentes Técnicos.

15 – O Município compromete-se a não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, pelo prazo de vigência do PAM.

Na tabela seguinte é apresentada a classificação orçamental de horas extraordinárias, referentes ao 4.º trimestre de 2023.

Tabela 13 – Aferição do In/Cumprimento de horas extraordinárias no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Despesa Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023		Variação	
				Executado Valor (5)		Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(5)/(4)
010202	Horas Extraordinárias	0		0			
	Total	0	0	0		0	

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados a despesa com horas extraordinárias no 4.º trimestre de 2023 foi de **0,00€**.

16 – O Município compromete-se a proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo não superior à taxa de inflação.

Na tabela seguinte é apresentada a classificação orçamental de investimentos, referentes ao 4.º trimestre de 2023.

Tabela 14 - Aferição do In/Cumprimento da aquisição de bens de capital no PAM (4.º trimestre 2023)

(Un.: euro)

Capítulo (1)	Despesa Designação (2)	OM em vigor 2023 Valor (3)	PAM_FAM Valor (4)	4.º TRIM 2023		Variação	
				Executado Valor (5)		Valor (6)=(5)-(4)	% (7)=(5)/(4)
07	Aquisição de bens de capital	2 973 279	900 427	2 515 580		1 615 153	279,38%
	Total	2 973 279	900 427	2 515 580		1 615 153	279,38%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos acumulados o investimento realizado no 4.º trimestre de 2023 foi igual a **1.615.153€**, correspondendo a 279%, aproximadamente, do valor previsto no PAM.



A variação, à semelhança do relatório do 2.º trimestre, encontra-se na execução física das empreitadas com financiamento comunitário, nomeadamente a *“Reabilitação do Mercado Municipal de Fornos de Algodres (CENTRO-07-2316-FEDER-000263)”* e *Reabilitação da Praia Fluvial da Ponte de Juncais (POCI-07-62G4-FEDER-181623)* e *“Autocarro Elétrico para Transporte Escolar do Município de Fornos de Algodres (POSEUR-01-1407-FC-000082)”*.

17 – A taxa de inflação a considerar para efeitos dos números anteriores é a constante do cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento de Estado do ano a que diz respeito.

No ano 2023 é tomada com referência a taxa de inflação do ano 2022 que foi de 7,80%, tendo o Município de Fornos de Algodres, respeitado os limites impostos nos números 12 a 16.

17.A - O MUNICÍPIO compromete-se, até ao final de 2022, a instituir medidas de controlo para aquisição de peças e material de desgaste rápido.

Os diferentes procedimentos lançados, por exemplo, para a aquisição de materiais para o setor das águas, ocorreu no formato contínuo, o que permitiu, por um lado, potenciar a redução dos preços apresentados pelos concorrentes, para o fornecimento de material de abastecimento de água, fontanários e saneamento, e, logo, da despesa global e, por outro lado, racionalizar os custos materiais e humanos no decurso de todo o procedimento.

Damos como exemplo o lançamento dos seguintes procedimentos: *“Fornecimento de Tubagem para Rede de Abastecimento de Água e Águas Residuais”*; *“Fornecimento de material para Abastecimento e Saneamento, em regime contínuo.”* e *“Fornecimento de Tubo para Rede de Abastecimento de Água e Saneamento”*.

O Município cumpriu como previsto com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.



17.B - O MUNICÍPIO compromete-se, até ao final de 2022, a instituir medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (seguros, gasóleo, gás, eletricidade, comunicações, entre outros).

Até ao final do ano de 2022 foram lançados diversos procedimentos concursais que respondem diretamente a esta medida, incluindo a sua monitorização. Considerando que esta medida engloba muito procedimentos, como são exemplos o *“Fornecimento contínuo de Gás Propano a Granel para Abastecimento da Escola Secundária e Básica de Fornos de Algodres, para 2021”*, a *“Aquisição de Seguros Diversos para o ano de 2022”* ou a *“Aquisição de combustíveis rodoviários em regime de fornecimento contínuo para o ano 2022 e 2023”*, sugerimos que os restantes possam ser consultados no portal público.

O Município cumpriu como previsto com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.

17.C - O MUNICÍPIO compromete-se, até ao final de 2022, a implementar um sistema de contabilidade de custos de apoio à decisão.

O Município adjudicou no dia 26/08/2022 a um prestador de serviços especializado a aquisição de serviços para a implementação da contabilidade de gestão e recuperação do iva, o qual terminou a 30/06/2023. Os serviços estão a iniciar o processo de carregamento da informação, para no início de 1 de janeiro de 2024 todos os custos serem enquadrados nos centros de custo.

17.D - O MUNICÍPIO compromete-se, até ao final de 2022, a centralizar a confeção de refeições para todas as escolas do concelho.

Considerando a aceitação de transferências de competências para o órgão Municipal no domínio da Educação, através da aprovação por maioria no dia 30/08/2019 na reunião de Câmara Municipal e no dia 27/09/2019 na Assembleia Municipal, foi decisão do executivo municipal **efetuar a gestão centralizada e distribuição das refeições escolares do concelho, bem como privilegiar os circuitos curtos agroalimentares.**

O Município cumpriu como previsto com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.



17.E - O MUNICÍPIO compromete-se, até ao final de 2022, a realizar procedimentos concursais para execução do Plano de Transporte Escolar.

Anualmente após as inscrições dos alunos, são efetuados procedimentos concursais, por circuito, que responda especificamente às necessidades levantadas. Nesse sentido, em 2022, à semelhança dos anos anteriores, foi lançado um procedimento concursal, ainda em vigor, onde o preço base era calculado pelo preço unitário por quilómetro, para serviços de transportes escolares - circuitos especiais para o ano letivo 2022/2023.

O Município cumpriu como previsto com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.



3. Plano de Reestruturação da Dívida

18 – O Município compromete-se a respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do PRD.

Relativamente a esta medida o Município, respeitou os acordos de reestruturação da dívida com os credores - Caixa Geral de Depósitos e o Banco Millennium BCP. Procedeu ainda ao pagamento dos passivos contingentes constantes no PAM e após decisão transitada em tribunal ao ex-presidente da camara municipal, José Severino Soares Miranda e às empresas: Andrades, Lda; Lopes & Irmão, Lda; e Boleto & Pinto, Lda.

19 – O Município compromete-se a verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívida aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

O Município verifica a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

20 – A Lista com a relação global dos créditos objeto de reestruturação, a identificação dos credores e os termos das alterações acordadas e designadamente, a quantificação da redução da dívida.

A lista com a relação global dos créditos, encontra-se no anexo A.



4. Assistência Financeira

21 - Ao abrigo do artigo 43.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, foi acordada a assistência financeira, através de empréstimo, até ao montante de 32.620.056,73 € (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e cinquenta e seis euros e setenta e três cêntimos), pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 € (vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017.

O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data, à Caixa Geral de Depósitos e ao Banco Millennium BCP.

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 € (trinta e três mil, quinhentos e oitenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor. O referido valor foi liquidado a 15/01/2018 ao ex-presidente da câmara municipal, José Severino Soares Miranda.

O 3º desembolso do PAM, ocorreu em 05/04/2018, no valor de 68.142,00€ (sessenta e oito mil, cento e quarenta e dois euros), que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial n.º 99/15.5BECTB, com igual valor. O referido valor foi liquidado a 24/04/2018 ao fornecedor Andrades, Lda.

O 4º desembolso do PAM, ocorreu em 14/08/2018, no valor de 1.082.421,68 € (Um milhão e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um euros e sessenta e oito cêntimos), que foi utilizado para pagamento de passivos contingentes, dos processos judiciais:

- ✓ N.º 538/14.2BECTB, no valor de 336.075,78 € O referido valor foi liquidado a 16/08/2018 ao fornecedor Boletto & Pinto, Lda;
- ✓ N.º 346/14.0BETCB, 340/14.1 BETCB;347/14.9 BETCB;350/14.9 BETCB;345/14.2 BETCB;339/14.8 BETCB;341/14.0 BETCB;342/14.8 BETCB;343/14.6 BETCB;344/14.4 BETCB;348/14.7 BETCB;349/14.5 BETCB;351/14.7 BETCB, no valor global de 746.345,90 €. O referido valor foi pago no dia 31/08/2018 ao fornecedor Lopes & Irmão, Lda.



O 5.º desembolso do PAM, decorreu a 12/12/2023, no valor de 50.706,89€ (cinquenta mil, setecentos e seis euros e oitenta e nove cêntimos) que foi utilizado para liquidação de passivo contingente relativo ao processo judicial n. 27/8BECTB, que decorreu no TAF de Castelo Branco entreposto por José Francisco Caseiro.



Tabela 15 - Medidas de Consolidação Orçamental (Receita)

(Un.: euro)

Medidas	Natureza (permanente/ temporária)	Concretização da Medida	Observações		
(1)	(2)	(3)	(4)		
1	Fixação da taxa máxima prevista da participação variável no IRS	Al. a), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 1 do PAM	Medida cumprida. CM: 22/09/2022 e AM: 19/12/2022
2	Definição da taxa máxima de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC	Al. b), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 2 do PAM	Medida cumprida. CM: 22/09/2022 e AM: 19/12/2022
3	Definição das taxas máximas nos impostos municipais, designadamente o IMI, incluindo a não aplicação de qualquer fator minorativo e a aplicação dos fatores majorativos previstos	Al. c), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 3, 3A, 4 e 4A do PAM	Medida cumprida. CM: 22/09/2022 e AM: 19/12/2022
4	Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, e abstenção de concessão de benefícios durante o PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o município	Al. d), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 5 do PAM	Medida cumprida.
5	Fixação dos preços cobrados pelo município nos sebos do saneamento, água e resíduos, nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, incluindo a possibilidade de fixação de tarifas sociais	Al. e), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 6 do PAM	Medida parcialmente cumprida. [Estudo terminado. Em análise pela ERSAR]
6	Identificação e quantificação do património municipal e serviços a alienar, concessionar ou ceder a exploração, com uma justificação das vantagens económicas para o município	Al. g), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 9 do PAM: Dinamizar espaços e equipamentos municipais com vista à arrecadação de receita com aluguer dos mesmos	Medida cumprida. [Rubrica 05]
7	Medidas concretas e quantificadas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município	Al. i), n.º 1, do art. 35º	Permanente	Prevista no Ponto 7 e 7A do PAM: Contratação de um colaborador cuja responsabilidade passa por fiscalizar as atividades comerciais do Município	Medida parcialmente cumprida. [Rubrica 02-04-07]
Total (soma das medidas)					Cumprida

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 16 - Medidas de Consolidação Orçamental (Despesa)

Informações Constantes no PAM		Natureza (permanente/ temporária)	Concretização da Medida	PAM - Impacto Previsto para o ano de 2023
Medidas (1)		(2)	(3)	Observações (4)
1	Limitação da despesa corrente, incluindo um plano detalhado e quantificado de redução de custos com pessoal e com a aquisição de bens e serviços	Al. k), n.º 1, do art. 35º		
	Instituir medidas de controlo para a requisição da compra de peças (Outro material - Peças)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido, através de lançamento de procedimentos concursais	Medida cumprida.
	Medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (seguros)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de seguros, através de lançamento de procedimentos concursais	Medida cumprida.
	Medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (comunicações)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de comunicações	Medida cumprida.
	Medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (Encargos com as instalações)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de encargos com as instalações (inclui o gás), através de lançamento de procedimentos concursais	Medida cumprida.
	Medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (combustíveis e lubrificantes)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de combustíveis e lubrificantes (inclui o gasóleo), através de lançamento de procedimentos concursais	Medida cumprida.
	Medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (eletricidade)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de eletricidade Instalação de iluminação LED em alguns locais do Município	Medida cumprida.
	Medidas de controlo para aquisição de bens e serviços de natureza contínua (transportes - inclui a renovação dos contratos com os taxistas)	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de transportes, através de lançamento de procedimentos concursais	Medida cumprida.
	Instalação de contadores de água nos edifícios municipais e rolundas por forma a controlar os consumos efetivos de água do Município	Permanente	Controlo mais eficiente na gestão de material e ferramentas de desgaste rápido	Medida cumprida.
	Instituir medidas de controlo aos consumos efetivos do Município	Permanente	Controlo mais eficiente dos montantes faturados pela AZC e Resisstrele	Medida cumprida.
	Implementar um sistema de contabilidade de custos de apoio à decisão.	Permanente	Concurso lançado.	Medida parcialmente cumprida. (Em fase de implementação)
2	Medidas de racionalização dos custos com pessoal, incluindo as relativas ao pagamento de trabalho extraordinário e ao desenvolvimento de programas de rescisão por mútuo acordo	Al. l), n.º 1, do art. 35º	Prevista no Ponto 12 do PAM	Medida cumprida.
3	Limites à realização de investimento	Al. n), n.º 1, do art. 35º	Prevista no Ponto 16 do PAM	Medida cumprida.
Total (soma das medidas)				

Fonte: Elaboração Própria



Tabela 17 - Limites quantitativos da Receita (4.º trimestre de 2023)

(Un.: euro)

Agrupamento	Subagrupamento	Rúbrica	Rúbrica	Designação da Rubrica	4.º TRIM 2023				Variação	Conclusão
					OM em vigor 2023	PAM 2023	Execução 2022	Execução 2023		
					a) Valor (€)	b) Valor (€)	c) Valor (€)	d) Valor (€)	e) = d) - b) Valor (€)	f) = d) - b) %
				Receitas Correntes	7 853 180	6 884 501	6 697 483	7 922 779	1 038 279	115%
01				Impostos directos	813 356	656 994	825 418	809 643	152 658	123%
01 02 02				Imposto municipal sobre imóveis	506 919	466 533	525 485	514 310	47 776	110%
01 02 03				Imposto único de circulação	125 006	97 420	108 747	115 317	17 898	118%
01 02 04				Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	131 653	65 740	151 343	132 278	66 538	201%
01 02 05				Derrama	47 778	27 301	39 843	47 778	20 477	175%
02				Impostos indirectos	3 140	3 842	2 913	3 351	-491	87%
04				Taxas, multas e outras penalidades	129 787	121 615	113 883	113 105	-8 508	93%
05				Rendimentos da propriedade	211 651	228 732	229 090	268 798	40 068	118%
06				Transferências correntes	5 739 781	5 330 321	5 004 265	6 100 760	770 439	114%
06 01 02				Privadas	1 500		1 400	1 500	0	
06 03 01 01				Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 202 001	4 225 999	3 770 004	4 561 063	335 064	108%
06 03 01 02				Fundo Social Municipal	97 852	123 432	141 200	97 852	-25 580	79%
06 03 01 03				Participação fixa no IRS	124 045	101 197	98 648	124 045	22 848	123%
06 03 01 06				Transferência de competências - Lei 50/2018	914 363	0	603 322	914 363	914 363	
06 03 01 07				Participação no IVA - Art. 26º-A da Lei nº 73/2013	46 634	0	33 570	46 634	46 634	
06 03 01 99				Outras	2 785	801 845	86 440	45 773	-756 072	6%
06 03 06				F.S.E. -Particip. comunitária em projectos co-fin.	238 854	27 207	146 814	238 854	211 647	678%
06 03 07				Serviços e Fundos Autónomos	41 009	18 312	57 504	0	-18 312	0%
06 06 01				Sistemas de solidariedade e segurança social	11 850	0	11 850	11 850	11 850	
06 08				Famílias	58 889	0	53 514	58 826	58 826	
06 09				Resto do mundo	0	32 328	0	0	-32 328	0%
07				Venda de bens e serviços correntes	629 303	448 046	448 863	460 803	41 757	108%
07 01				Venda de bens	265 477		184 475	199 757	0	
07 02				Serviços	354 826		265 418	291 046	0	
08				Outras receitas correntes	135 201	83 951	72 020	136 281	42 330	145%
				Receitas de Capital	2 685 824	481 593	1 104 945	1 450 776	989 177	301%
09				Venda de bens de investimento	2 400	2 448	18 515	0	-2 448	0%
10				Transferências de capital	2 683 024	474 765	1 077 532	1 395 946	921 181	294%
10 03 01 01				Fundo de Equilíbrio Financeiro	448 151	474 765	692 352	448 147	-26 618	94%
10 03 01 05				artº 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	0	0	232 704	0	0	
10 03 01 99				Outras	735 814	0	0	0	0	
10 03 07				Estado-Particip. comunitária project.co-financiados	1 489 059	0	152 476	947 799	947 799	
10 03 07 01				FEDER	1 174 831		152 476	947 799	0	
10 03 07 09				Fundo Coesão	324 228		0	0	0	
12				Passivos financeiros	100	102	0	50 707	50 605	49708%
15				Reposições não abatidas nos pagamentos	100	4 284	8 888	4 123	-181	96%
Total das Receitas					10 338 803	7 366 100	7 802 428	9 373 555	2 007 456	127%

Cumprida

Fonte: Elaboração Própria



Tabela 18 - Limites quantitativos da Despesa (4.º trimestre de 2023)

(Un.: euro)

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação da Rubrica	4.º TRIM 2023						Conclusão
				OM em vigor 2023	PAM 2023	Execução 2022	Execução 2023	Variação do ano - PAM		
				a) Valor (€)	b) Valor (€)	c) Valor (€)	d) Valor (€)	e) = d) - b) Valor (€)	f) = d) - b) %	
Despesas Correntes				7 369 139	5 364 767	6 121 042	6 784 779	1 402 012	128%	
01			Despesas com o pessoal	3 055 658	2 677 379	2 534 867	2 946 524	272 145	110%	
01 01			Remunerações certas e permanentes	2 320 277	2 081 990	1 934 074	2 267 925	185 935	109%	
01 02			Abonos variáveis ou eventuais	62 385	21 122	54 880	57 851	36 729	274%	
01 03			Segurança social	672 996	574 267	545 913	623 748	49 481	109%	
02			Aquisição de bens e serviços	3 208 519	1 850 258	2 555 509	2 829 094	978 838	153%	
02 01			Aquisição de bens	876 349	406 370	720 197	791 832	385 482	195%	
02 01 01			Matérias-primas e subsidiárias	0	1 814	0	0	-1 814	0%	
02 01 02			Combustíveis e lubrificantes	159 825	79 642	142 414	142 773	63 130	179%	
02 01 04			Limpeza e higiene	47 643	25 577	39 579	47 275	21 698	186%	
02 01 05			Alimentação - Refeições confeccionadas	11 407	11 578	7 545	10 918	-660	94%	
02 01 06			Alimentação - Géneros para confeccionar	159 827	48 251	114 954	142 946	94 695	296%	
02 01 07			Vestuário e artigos pessoais	19 234	2 780	4 757	14 101	11 321	507%	
02 01 08			Material de escritório	16 024	7 816	16 949	15 257	7 441	195%	
02 01 09			Produtos químicos e farmacêuticos	16 628	0	12 549	15 180	15 180		
02 01 10			Produtos vendidos nas farmácias	100	0	0	100	100		
02 01 12			Material de transporte - Peças	0	3 481	0	0	-3 481	0%	
02 01 14			Outro material - Peças	70 447	12 524	32 075	64 080	51 557	512%	
02 01 15			Prémios, condecorações e ofertas	35 243	11 234	19 114	31 550	20 315	281%	
02 01 16			Mercadorias para venda	232 357	144 440	248 627	215 983	71 542	150%	
02 01 17			Ferramentas e utensílios	7 519	288	6 391	3 449	3 160	1195%	
02 01 18			Livros e documentação técnica	2 150	730	12 320	1 568	839	215%	
02 01 19			Artigos honoríficos e de decoração	0	193	0	0	-193	0%	
02 01 20			Material de educação, cultura e recreio	25 062	6 192	8 292	23 859	17 667	385%	
02 01 21			Outros bens	72 882	49 830	54 630	62 794	12 964	126%	
02 02			Aquisição de serviços	2 330 171	1 443 887	1 835 311	2 037 282	593 376	141%	
02 02 01			Encargos das instalações	193 199	225 652	218 567	177 162	-48 489	79%	
02 02 02			Limpeza e higiene	106 733	0	25 792	100 454	100 454		
02 02 03			Conservação de bens	115 407	66 839	86 434	99 168	32 269	148%	
02 02 04			Locação de edifícios	1 500	0	0	1 500	1 500		
02 02 09			Comunicações	71 300	31 107	78 536	64 045	32 939	206%	
02 02 10			Transportes	187 027	176 526	173 661	176 812	287	100%	
02 02 11			Representação dos serviços	1 353	1 017	1 168	1 329	313	131%	
02 02 12			Seguros	70 603	47 904	44 862	50 364	2 460	105%	
02 02 13			Deslocações e estadas	10 788	4 858	10 481	9 511	4 652	196%	
02 02 14			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	290 785	44 489	117 208	206 716	162 226	465%	
02 02 15			Formação	23 175	13 033	10 953	17 841	4 808	137%	
02 02 16			Seminários, exposições e similares	13 054	1 207	1 190	13 054	11 847	1081%	
02 02 17			Publicidade	67 847	17 369	37 280	64 883	47 515	374%	
02 02 18			Vigilância e segurança	60 197	3 408	16 124	57 247	53 838	1680%	
02 02 19			Assistência técnica	238 410	69 501	146 235	211 765	142 254	305%	
02 02 20			Outros trabalhos especializados	279 661	237 591	356 223	262 309	24 719	110%	
02 02 22			Serviços de saúde	6 500	2 223	1 883	0	-2 223	0%	
02 02 24			Encargos de cobrança de receitas	18 358	15 970	19 385	18 358	2 389	115%	
02 02 25			Outros serviços	574 275	485 133	489 320	504 743	19 610	104%	



**Relatório de Monitorização Trimestral do
Programa de Ajustamento Municipal**

03	Juros e outros encargos	250 590	452 043	402 264	248 939	-203 104	55%
03 01	Juros da dívida pública	250 000	447 847	399 600	248 737	-199 110	56%
03 01 02	Juros da dívida pública	250 000	0	399 600	248 737	248 737	
03 01 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	0	446 895	0	0	-446 895	0%
03 01 06	Administração pública central - Serviços e fundos autónomos	0	952	0	0	-952	0%
03 02	Outros encargos correntes da dívida pública	0	32	0	0	-32	0%
03 05	Outros juros	500	0	330	203	203	
03 06	Outros encargos financeiros	0	4 165	2 333	0	-4 165	0%
04	Transferências correntes	816 656	363 640	621 485	676 705	313 065	186%
04 05	Administração local	284 606	64 202	139 460	249 089	184 887	388%
04 07	Instituições sem fins lucrativos	241 543	110 294	204 987	158 474	48 180	144%
04 08	Famílias	290 506	189 144	277 038	269 142	79 996	142%
06	Outras despesas correntes	69 886	21 449	6 918	62 917	41 068	291%
Despesas de Capital		3 698 393,43 €	1 638 332,76 €	2 166 813,96 €	3 240 373,67 €	1 602 640,91 €	198%
07	Aquisição de bens de capital	2 973 278	900 427	1 370 215	2 515 588	1 615 153	279%
07 01	Investimentos	2 429 747	630 057	1 222 190	1 981 965	1 351 908	315%
07 02	Locação financeira	457 422	0	21 525	457 422	457 422	
07 03	Bens de domínio público	86 111	270 370	126 510	76 192	-194 177	28%
08	Despesas de Capital	0	18 702	90 000	0	-18 702	0%
09	Activos financeiros *	0	34 965	0	0	-34 965	0%
10	Passivos financeiros *	725 114	684 238	706 589	724 794	48 556	106%
Total das Despesas		11 097 533	7 903 100	8 287 856	10 007 153	3 004 053	143%

Incumprida

Fonte: Elaboração Própria



Tabela 19 - Análise do Stock e Sustentabilidade da dívida (4.º trimestre de 2023)

(Un.: euro)

Designação	Previsto no PAM (Inicial)	Previsto no PAM a 31/12/2023	Dívida a 31/12/2023
1 Dívida Total (1 = 2+7)	32 620 056,73 €	25 435 118,83 €	25 762 368,60 €
2 Dívida do Município (2 = 3+4+5+6)	32 620 056,73 €	25 435 118,83 €	25 762 368,60 €
3 Dívida a fornecedores	- €	- €	276 542,88 €
3.1 Dívida a fornecedores curto prazo	- €	- €	276 542,88 €
3.2 Dívida a fornecedores ML prazo			
4 Dívida Bancária	32 620 056,73 €	25 435 118,83 €	25 485 825,72 €
4.1 Curto prazo			
4.2 Médio e longo prazo	32 620 056,73 €	25 435 118,83 €	25 485 825,72 €
4.2.1 Empréstimo CGD / BCP			
4.2.2 FAM	32 620 056,73 €	25 435 118,83 €	25 485 825,72 €
5 Dívidas ao Estado			
6 Dívida a outras entidades			
7 Dívida de Entidades Participadas (11=12+13+...+19)			- €
8 Dívida a fornecedores	- €	- €	- €
8.1 Dívida a fornecedores curto prazo	- €	- €	- €
8.2 Dívida a fornecedores ML prazo	- €	- €	- €
9 Dívida Bancária	- €	- €	- €
9.1 Curto prazo	- €	- €	- €
9.2 Médio e longo prazo	- €	- €	- €
10 Dívidas ao Estado	- €	- €	- €
11 Dívida a outras entidades	- €	- €	- €

Fonte: Elaboração Própria



ANEXO A



PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL (PAM)

COMPROVATIVO DA REGULARIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO COM O EMPRÉSTIMO AO ABRIGO DO PAM.

(Data ordenada por antiguidade da dívida e devidamente certificada por ROC em SROQ)

Notas:

a) Deve ser lido em conta o Anexo A do PAM para preenchimento do mapa. Os pagamentos devem ser efetuados por ordem cronológica, tendo em conta a antiguidade das dívidas, devendo assim ser lida em conta a data da fatura ou documento equivalente.

b) Os pagamentos efetuados nesta coluna deverão ter sido efetuados sem o recurso ao PAM.

c) Os pagamentos efetuados nesta coluna deverão ter sido efetuados com recurso ao PAM.

d) A soma das duas colunas deve corresponder ao total da dívida exato se o montante de financiamento não for suficiente para cobrir a totalidade da última fatura a pagar (caso excecional em que poderá ocorrer um pagamento parcial).

Município:

Data:

Fornecedor		Fatura ou documento equivalente				Recibo ou documento de quitação equivalente				Valor em Dívida (€)	Conta patrimonial (a 3 dígitos)	Classificação económica (a 6 dígitos)	Observações
Designação	NIF	N.º Referência	Data	Data vencimento	Montante (€)	N.º Referência	Data	Pagamentos efetuados anteriores PAM (€) ^{b)}	Pagamentos efetuados ao abrigo do PAM (€) ^{c)}	Total de pagamentos efetuados (€) ^{d)}	(12) = (9) - (11)	(14)	(15)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = (9) + (10)			
Caixa Geral de Depósitos	500960046	282/17-DBI	11-05-2017	15-05-2017	15 726 541,05	938	15-05-2017	3 702 030,38	15 726 541,05	19 428 571,43	-00	231	100603
Caixa Geral de Depósitos	500960046	282/17-DBI	11-05-2017	15-05-2017	22 287,52	938	15-05-2017		22 287,52	-00	-00	681	030103
Caixa Geral de Depósitos	500960046	282/17-DBI	11-05-2017	15-05-2017	11 794 906,20	940	15-05-2017	2 776 522,36	11 794 906,20	14 571 428,56	-00	231	100603
Caixa Geral de Depósitos	500960046	282/17-DBI	11-05-2017	15-05-2017	16 713,05	939	15-05-2017		16 713,05	-00	-00	681	030103
José Severino Soares Miranda	125208910	Sub. Reun	12-01-2018	12-01-2018	33 583,44	1	15-01-2018	-00	33 583,44	33 583,44	-00	642	010212
Andrades, Lda	502095628	Iluminação Pública Algodres	23-04-2018	24-04-2018	68 142,00	764	24-04-2018	-00	68 142,00	68 142,00	-00	445	070104
Lopes & Irmão	500824932	72	27-08-2018	27-08-2018	1 060,00 €	1 808	31-08-2018	-00	1 060,00 €	1 060,00 €	-00	423	020203
Lopes & Irmão	500824932	67	27-08-2018	27-08-2018	5 278,80 €	1 809	31-08-2018	-00	5 278,80 €	5 278,80 €	-00	622	020220
Lopes & Irmão	500824932	66	27-08-2018	27-08-2018	5 278,80 €	1 810	31-08-2018	-00	5 278,80 €	5 278,80 €	-00	622	020220
Lopes & Irmão	500824932	62	27-08-2018	27-08-2018	5 904,00 €	1 811	31-08-2018	-00	5 904,00 €	5 904,00 €	-00	622	020220
Lopes & Irmão	500824932	68	27-08-2018	27-08-2018	5 278,80 €	1 812	31-08-2018	-00	5 278,80 €	5 278,80 €	-00	622	020220
Lopes & Irmão	500824932	44	27-08-2018	27-08-2018	22 677,85 €	1 813	31-08-2018	-00	22 677,85 €	22 677,85 €	-00	422	070102
Lopes & Irmão	500824932	60	27-08-2018	27-08-2018	5 934,75 €	1 814	31-08-2018	-00	5 934,75 €	5 934,75 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	57	27-08-2018	27-08-2018	6 150,00 €	1 815	31-08-2018	-00	6 150,00 €	6 150,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	54	27-08-2018	27-08-2018	4 999,95 €	1 816	31-08-2018	-00	4 999,95 €	4 999,95 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	53	27-08-2018	27-08-2018	6 027,00 €	1 817	31-08-2018	-00	6 027,00 €	6 027,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	46	27-08-2018	27-08-2018	6 147,54 €	1 818	31-08-2018	-00	6 147,54 €	6 147,54 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	48	27-08-2018	27-08-2018	4 558,38 €	1 819	31-08-2018	-00	4 558,38 €	4 558,38 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	50	27-08-2018	27-08-2018	6 150,00 €	1 820	31-08-2018	-00	6 150,00 €	6 150,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	49	27-08-2018	27-08-2018	6 150,00 €	1 821	31-08-2018	-00	6 150,00 €	6 150,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	56	27-08-2018	27-08-2018	6 088,50 €	1 822	31-08-2018	-00	6 088,50 €	6 088,50 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	61	27-08-2018	27-08-2018	5 535,00 €	1 823	31-08-2018	-00	5 535,00 €	5 535,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	58	27-08-2018	27-08-2018	5 688,75 €	1 824	31-08-2018	-00	5 688,75 €	5 688,75 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	47	27-08-2018	27-08-2018	6 150,00 €	1 825	31-08-2018	-00	6 150,00 €	6 150,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	63	27-08-2018	27-08-2018	5 692,19 €	1 825	31-08-2018	-00	5 692,19 €	5 692,19 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	55	27-08-2018	27-08-2018	5 851,73 €	1 827	31-08-2018	-00	5 851,73 €	5 851,73 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	51	27-08-2018	27-08-2018	6 147,54 €	1 828	31-08-2018	-00	6 147,54 €	6 147,54 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	40	27-08-2018	27-08-2018	7 792,59 €	1 829	31-08-2018	-00	7 792,59 €	7 792,59 €	-00	453	070104

Lopes & Irmão	500824932	45	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 830	31-08-2018	-00	5 950,35 €	5 950,35 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	77	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 831	31-08-2018	-00	26 517,33 €	26 517,33 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	74	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 832	31-08-2018	-00	16 863,42 €	16 863,42 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	38	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 834	31-08-2018	-00	11 252,60 €	11 252,60 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	41	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 835	31-08-2018	-00	5 478,08 €	5 478,08 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	42	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 833	31-08-2018	-00	1 576,75 €	1 576,75 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	39	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 836	31-08-2018	-00	44 987,16 €	44 987,16 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	43	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 837	31-08-2018	-00	7 355,22 €	7 355,22 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	78	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 838	31-08-2018	-00	6 122,33 €	6 122,33 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	75	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 839	31-08-2018	-00	8 591,30 €	8 591,30 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	76	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 840	31-08-2018	-00	8 514,59 €	8 514,59 €	-00	622	070104
Lopes & Irmão	500824932	71	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 841	31-08-2018	-00	36 570,00 €	36 570,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	65	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 842	31-08-2018	-00	5 633,40 €	5 633,40 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	73	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 843	31-08-2018	-00	1 060,00 €	1 060,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	52	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 844	31-08-2018	-00	57 791,20 €	57 791,20 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	59	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 845	31-08-2018	-00	5 990,10 €	5 990,10 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	69	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 846	31-08-2018	-00	6 088,50 €	6 088,50 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	70	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 847	31-08-2018	-00	530,00 €	530,00 €	-00	453	070104
Lopes & Irmão	500824932	37	27-08-2018	27-08-2018	27-08-2018	1 848	31-08-2018	-00	901,00 €	901,00 €	-00	453	070104
Boleto & Pinto, Lda	509144071	538/14.2BECTB	16-08-2018	16-08-2018	16-08-2018	1 623	16-08-2018	-00	321 177,60 €	321 177,60 €	-00	422	070303
Boleto & Pinto, Lda	509144071	Juros	16-08-2018	16-08-2018	16-08-2018	1 622	16-08-2018	-00	49 161,95 €	49 161,95 €	-00	681	030502
TOTAL						28 778 858,71			28 778 858,71	35 184 147,11	-00		



SEDE

NIPC: 505 261 696 * Capital social: 50.000 euros * S.R.O.C. nº 176

PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL (PAM) NO ÂMBITO DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM)

Introdução

Em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 29º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto (Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal), apresentamos o nosso parecer sobre o grau de cumprimento dos objetivos do Programa de Ajustamento Municipal (PAM) do Município de Fornos de Algodres, no âmbito da adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), descritos no Relatório de Monitorização do 4º trimestre de 2023.

Responsabilidades do Órgão de Gestão

É da responsabilidade do órgão Executivo do Município a preparação e apresentação do Relatório de Monitorização do 4º trimestre de 2023 do PAM e de toda a informação financeira dele constante, de acordo com a estrutura definida pela Comissão Executiva do FAM.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre o grau de cumprimento dos objetivos do PAM apresentados no Relatório de Monitorização do 4º trimestre de 2023, e a veracidade e teor das dívidas a terceiros pagas pelo Município de Fornos de Algodres através da utilização do empréstimo de assistência financeira concedido pelo FAM, cujo 1º desembolso de 27.521.447,26 euros se concretizou em 15 de maio de 2017; o 2º desembolso de 33.583,44 euros se concretizou em 29 de Dezembro de 2017; o 3º desembolso de 68.142,00 euros se concretizou em 5 de Abril de 2018, o 4º desembolso de 1.082.421,68 euros se concretizou em 14 de Agosto de 2018 e o 5º desembolso de 50.706,89 euros se concretizou em 12 de dezembro de 2018. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's), e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consistiu principalmente em indagações ao órgão Executivo e Serviços do Município e execução de procedimentos analíticos destinados a confirmar que:



- (i) a informação financeira apresentada está em conformidade com os registos contabilísticos de 31 de dezembro de 2023 da Entidade e a estrutura definida pela Comissão Executiva do FAM; e
- (ii) que as dívidas em atraso a terceiros constantes do Plano de Regularização de Dívidas (PRD) aprovado foram pagas com os quatro desembolsos do empréstimo de assistência financeira do FAM.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada sobre se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer.

Parecer

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que:

- (i) a antes referida informação financeira não tenha sido apropriadamente extraída dos registos contabilísticos do Município e preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a estrutura definida pela Comissão Executiva do FAM;
- (ii) que não tenham sido efetuados os pagamentos das dívidas em atraso constantes do PRD aprovado no âmbito do FAM; e
- (iii) não tenham sido cumpridos os objetivos previstos no PAM referentes ao 4º trimestre de 2023, salvo as variações da receita, da despesa e da dívida referidas nos mapas do Relatório de Monitorização. De facto, em 2023, o Município superou o objetivo previsto no PAM para a receita municipal, com um desvio positivo de 2.007.456 euros, mas não atingiu o previsto para a despesa, tendo excedido o limite em 3.004.053 euros. Contudo esta situação não contempla a integração do saldo de gerência, nem alguns acontecimentos não previsíveis à data de elaboração do PAM, designadamente o efeito do processo de delegação de competências no Município. Quanto ao objetivo previsto no PAM para a dívida Municipal, a dívida a 31/12/2023 apresenta-se em linha, com ligeiro desvio (1,2%) superior de 327.249 euros face ao previsto. Pelo que, tendo em conta o tempo decorrido, no final de 2020 foi aprovada pela Direção Executiva do FAM a primeira revisão do PAM, recomendando-se a monitorização periódica dos objetivos previstos e bem assim uma nova revisão do mesmo.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

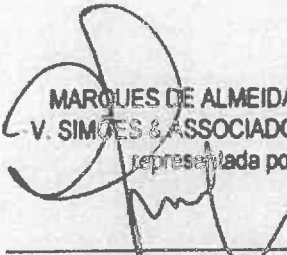
SEDE:

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 euros * S.R.O.C. n.º 176

De referir ainda que nos termos do disposto no artigo 46.º da referida Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, que aprova o FAM, o prazo máximo de utilização do empréstimo era de três anos, sendo que a título excecional, o prazo referido foi prorrogado até cinco anos, para os pagamentos decorrentes de ações judiciais identificadas no n.º 10 do artigo 23.º e condicionado à comprovação dos factos que lhe dão origem, nomeadamente o trânsito em julgado de sentenças condenatórias, tendo novamente sido prorrogado pelo artigo 272.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro - Orçamento do Estado para 2023 – para sete anos, destacando-se que o respetivo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas em Março de 2017.

Guarda, 12 de Abril de 2024

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780
registo na CMVM com o n.º 20160413

Anexo II



Relatório de Contabilidade de Custos

Contabilidade de Gestão – NCP 27

A Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão e os requisitos mínimos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação.

De facto, a contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades dispor de melhor informação na gestão dos recursos ao seu dispor, de modo a administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade constitui uma obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP (referencial de relato aplicável) e vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

A contabilidade de gestão (CG) destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

A Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 estabelece a base para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

O Município de Fornos de Algodres iniciou, no exercício de 2023, a implementação do subsistema da contabilidade de gestão, tendo procedido uma afetação direta dos gastos.

De seguida divulga-se, informação acerca de cada bem e serviço, dando cumprimento ao estipulado na NCP 27.

Conceito

Os serviços são os centros de custo, através dos quais é possível apurar os custos de Serviços, para onde os materiais, mão-de-obra, máquinas/viaturas, depreciações/amortizações e serviços, são requisitados e imputados.

Serviço - Considera-se um serviço, o conjunto de atividades inerentes aos objetivos do Município, com vista à satisfação das necessidades diretas ou indiretas dos munícipes.

Função - Área de intervenção autárquica, relativa à atividade, em todos os domínios para os quais a Autarquia dispõe de atribuições. Nem todas as funções previstas na lei, são alvo de movimentação pelo seu teor e enquadramento nas competências do Município.

Custos das Funções

A contabilidade de gestão assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, adotando o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo D.L n.º 192 /2015, de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são as funções: gerais, sociais, económicas e outras funções.

Apuramento dos custos por bens e serviços

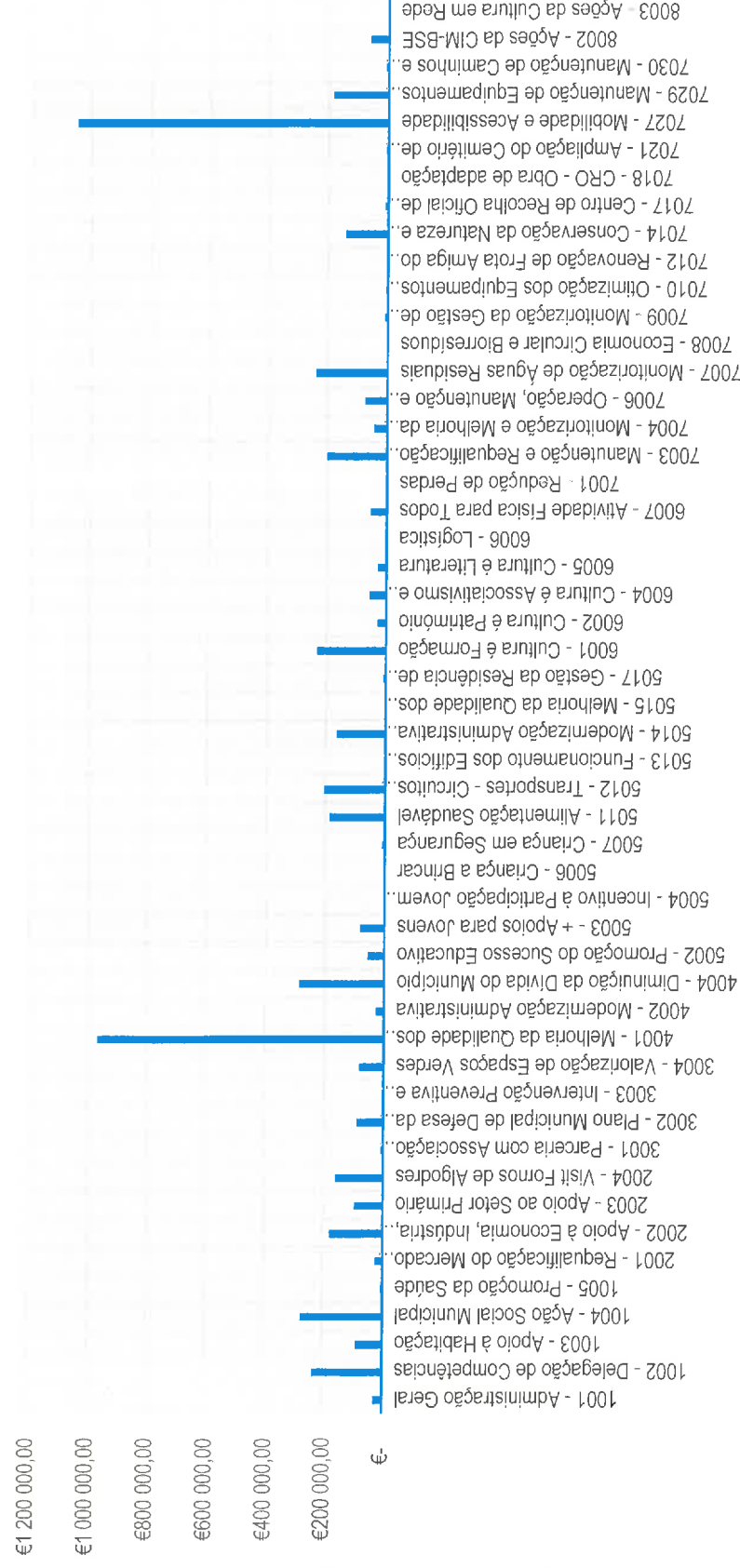
No início de cada ano económico deve-se proceder a uma avaliação / análise completa aos serviços existentes. Existem serviços que se deverão manter porque é importante apurar o seu custo, no entanto haverá outros que podem ser eliminados e criar novos quando é necessário, por outro lado por vezes torna-se mais importante efetuar o englobamento de alguns, quando não se justifica o apuramento desses custos só por si.

Quadro I – Variação dos custos por bens e serviços entre 2022 e 2023

Serviços	Custo por serviço 2022	Custo por serviço 2023	Variação (%)
Serviço: 1001 - Administração Geral	0,00	28 973,93	n/a
Serviço: 1002 - Delegação de Competências	0,00	236 569,16	n/a
Serviço: 1003 - Apoio à Habitação	0,00	89 302,66	n/a
Serviço: 1004 - Ação Social Municipal	0,00	274 801,57	n/a
Serviço: 1005 - Promoção da Saúde	0,00	4 991,40	n/a
Serviço: 2001 - Requalificação do Mercado Municipal-PT2020	0,00	24 534,43	n/a
Serviço: 2002 - Apoio à Economia, Indústria, Comércio e Serviços	0,00	179 779,42	n/a
Serviço: 2003 - Apoio ao Setor Primário	0,00	96 297,98	n/a
Serviço: 2004 - Visit Fornos de Algodres	0,00	159 293,50	n/a
Serviço: 3001 - Parceria com Associação Humanitária dos Bombeiros	0,00	7 198,94	n/a
Serviço: 3002 - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	0,00	89 555,00	n/a
Serviço: 3003 - Intervenção Preventiva e Corretiva na Floresta	0,00	1 947,10	n/a
Serviço: 3004 - Valorização de Espaços Verdes	0,00	81 039,53	n/a
Serviço: 4001 - Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados	0,00	964 015,79	n/a
Serviço: 4002 - Modernização Administrativa	0,00	25 968,37	n/a
Serviço: 4004 - Diminuição da Dívida do Município	0,00	285 404,25	n/a
Serviço: 5002 - Promoção do Sucesso Educativo	0,00	54 247,03	n/a
Serviço: 5003 - + Apoios para Jovens	0,00	79 863,49	n/a
Serviço: 5004 - Incentivo à Participação Jovem e Cidadania	0,00	1 199,76	n/a
Serviço: 5006 - Criança a Brincar	0,00	3 118,23	n/a
Serviço: 5007 - Criança em Segurança	0,00	7 841,88	n/a
Serviço: 5011 - Alimentação Saudável	0,00	186 508,58	n/a
Serviço: 5012 - Transportes - Circuitos Especiais Transporte	0,00	205 132,51	n/a
Serviço: 5013 - Funcionamento dos Edifícios Escolares	0,00	753,07	n/a
Serviço: 5014 - Modernização Administrativa Escolar	0,00	163 366,73	n/a

Serviço: 5015 - Melhoria da Qualidade dos Serviços Escolares Prestados	0,00	2 798,84	n/a
Serviço: 5017 - Gestão da Residência de Estudantes	0,00	6 179,40	n/a
Serviço: 6001 - Cultura é Formação	0,00	231 236,28	n/a
Serviço: 6002 - Cultura é Património	0,00	28 763,02	n/a
Serviço: 6004 - Cultura é Associativismo e Voluntariado	0,00	55 206,11	n/a
Serviço: 6005 - Cultura é Literatura	0,00	27 720,00	n/a
Serviço: 6006 - Logística	0,00	2 758,68	n/a
Serviço: 6007 - Atividade Física para Todos	0,00	52 184,92	n/a
Serviço: 7001 - Redução de Perdas	0,00	633,60	n/a
Serviço: 7003 - Manutenção e Requalificação dos Reservatório de Água	0,00	201 519,28	n/a
Serviço: 7004 - Monitorização e Melhoria da Qualidade da Água	0,00	44 479,57	n/a
Serviço: 7006 - Operação, Manutenção e Requalificação das Infraestruturas	0,00	73 421,91	n/a
Serviço: 7007 - Monitorização de Águas Residuais	0,00	240 271,66	n/a
Serviço: 7008 - Economia Circular e Biorresíduos	0,00	518,88	n/a
Serviço: 7009 - Monitorização da Gestão de Resíduos	0,00	7 841,28	n/a
Serviço: 7010 - Otimização dos Equipamentos Municipais	0,00	5 905,53	n/a
Serviço: 7012 - Renovação de Frota Amiga do Ambiente	0,00	1 676,99	n/a
Serviço: 7014 - Conservação da Natureza e Biodiversidade	0,00	142 601,23	n/a
Serviço: 7017 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	0,00	9 270,13	n/a
Serviço: 7018 - CRO - Obra de adaptação	0,00	2 324,73	n/a
Serviço: 7021 - Ampliação do Cemitério de Fornos de Algodres	0,00	4 890,96	n/a
Serviço: 7027 - Mobilidade e Acessibilidade	0,00	1 047 208,82	n/a
Serviço: 7029 - Manutenção de Equipamentos Municipais	0,00	185 447,64	n/a
Serviço: 7030 - Manutenção de Caminhos e Estradas	0,00	6 621,91	n/a
Serviço: 8002 - Ações da CIM-BSE	0,00	60 310,46	n/a
Serviço: 8003 - Ações da Cultura em Rede	0,00	1 026,60	n/a
Total	0,00	5 694 522,74	n/a

Custo por serviço 2023



Apuramento dos custos por funções

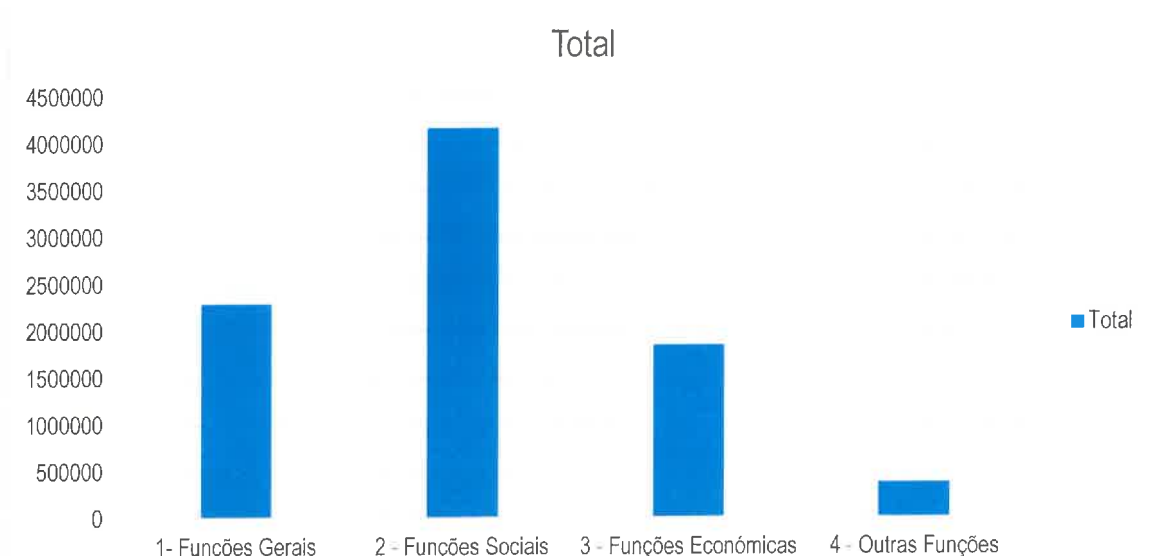
Quadro II – Variação dos Custos das Funções entre 2022 e 2023

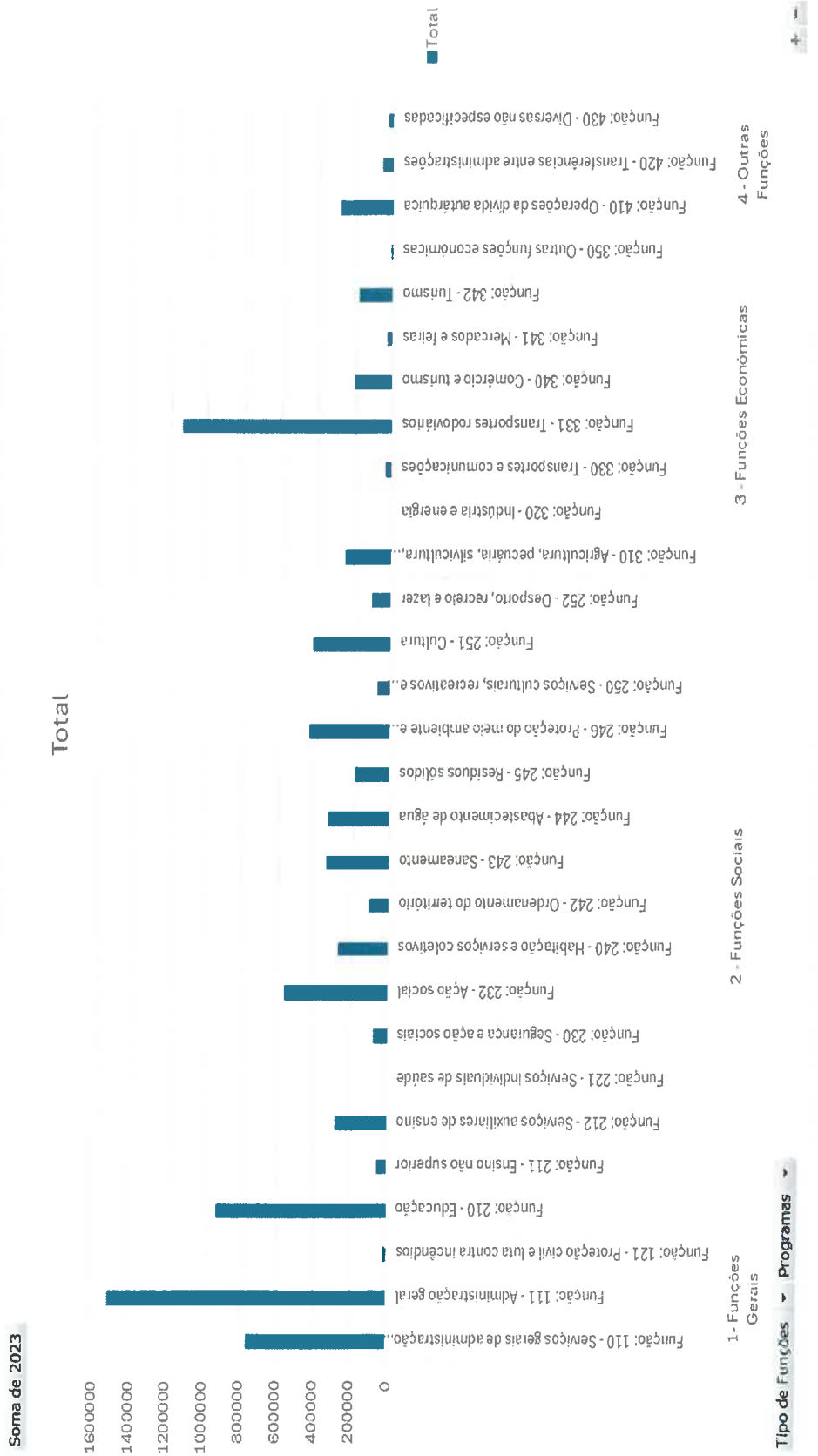
Programas	2022	2023	Var. absoluta
Função: 110 - Serviços gerais de administração pública	0,00	759 149,38	759 149,38
Função: 111 - Administração geral	0,00	1 512 435,73	1 512 435,73
Função: 121 - Proteção civil e luta contra incêndios	0,00	20 064,24	20 064,24
1 - Funções Gerais	0,00	2 291 649,35	2 291 649,35
Função: 210 - Educação	0,00	925 470,16	925 470,16
Função: 211 - Ensino não superior	0,00	55 446,79	55 446,79
Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino	0,00	284 996,00	284 996,00
Função: 221 - Serviços individuais de saúde	0,00	4 991,40	4 991,40
Função: 230 - Segurança e ação sociais	0,00	77 633,87	77 633,87
Função: 232 - Ação social	0,00	564 155,58	564 155,58
Função: 240 - Habitação e serviços coletivos	0,00	274 750,30	274 750,30
Função: 242 - Ordenamento do território	0,00	103 976,17	103 976,17
Função: 243 - Saneamento	0,00	339 384,05	339 384,05
Função: 244 - Abastecimento de água	0,00	330 566,29	330 566,29
Função: 245 - Resíduos sólidos	0,00	183 205,68	183 205,68
Função: 246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	0,00	436 518,62	436 518,62
Função: 250 - Serviços culturais, recreativos e religiosos	0,00	68 734,89	68 734,89
Função: 251 - Cultura	0,00	421 223,81	421 223,81
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	0,00	103 082,20	103 082,20
2 - Funções Sociais	0,00	4 174 135,81	4 174 135,81
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	249 964,20	249 964,20
Função: 320 - Indústria e energia	0,00	5 905,53	5 905,53
Função: 330 - Transportes e comunicações	0,00	31 197,50	31 197,50
Função: 331 - Transportes rodoviários	0,00	1 133 204,40	1 133 204,40
Função: 340 - Comércio e turismo	0,00	204 313,85	204 313,85
Função: 341 - Mercados e feiras	0,00	29 402,97	29 402,97
Função: 342 - Turismo	0,00	186 564,10	186 564,10
Função: 350 - Outras funções económicas	0,00	8 470,11	8 470,11
3 - Funções Económicas	0,00	1 849 022,66	1 849 022,66
Função: 410 - Operações da dívida autárquica	0,00	285 404,25	285 404,25
Função: 420 - Transferências entre administrações	0,00	60 310,46	60 310,46
Função: 430 - Diversas não especificadas	0,00	29 332,84	29 332,84
4 - Outras Funções	0,00	375 047,55	375 047,55
Total	0,00	8 689 855,37	8 689 855,37

Do quadro anterior salienta-se, o peso das *Funções Sociais*, que representam 48% do total dos custos, destacamos o peso da rubrica de *Educação*, sendo que este grupo integra a delegação de competências da educação, com custo de aproximadamente 925 mil euros.

Salienta-se ainda, o peso das *Funções Gerais*, que representam 26,37% do total dos custos, destacamos o peso da rubrica Administração Geral, sendo que este grupo integra os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos e manutenção e conservação de edifícios considerados nesta função, com custo de 1 512 435,73€.

Das *Funções Económicas*, que representam 21,28% do total dos custos, que apresentam cerca de 1.850 mil euros. As rubricas que mais contribuíram, foram os Transportes Rodoviários.



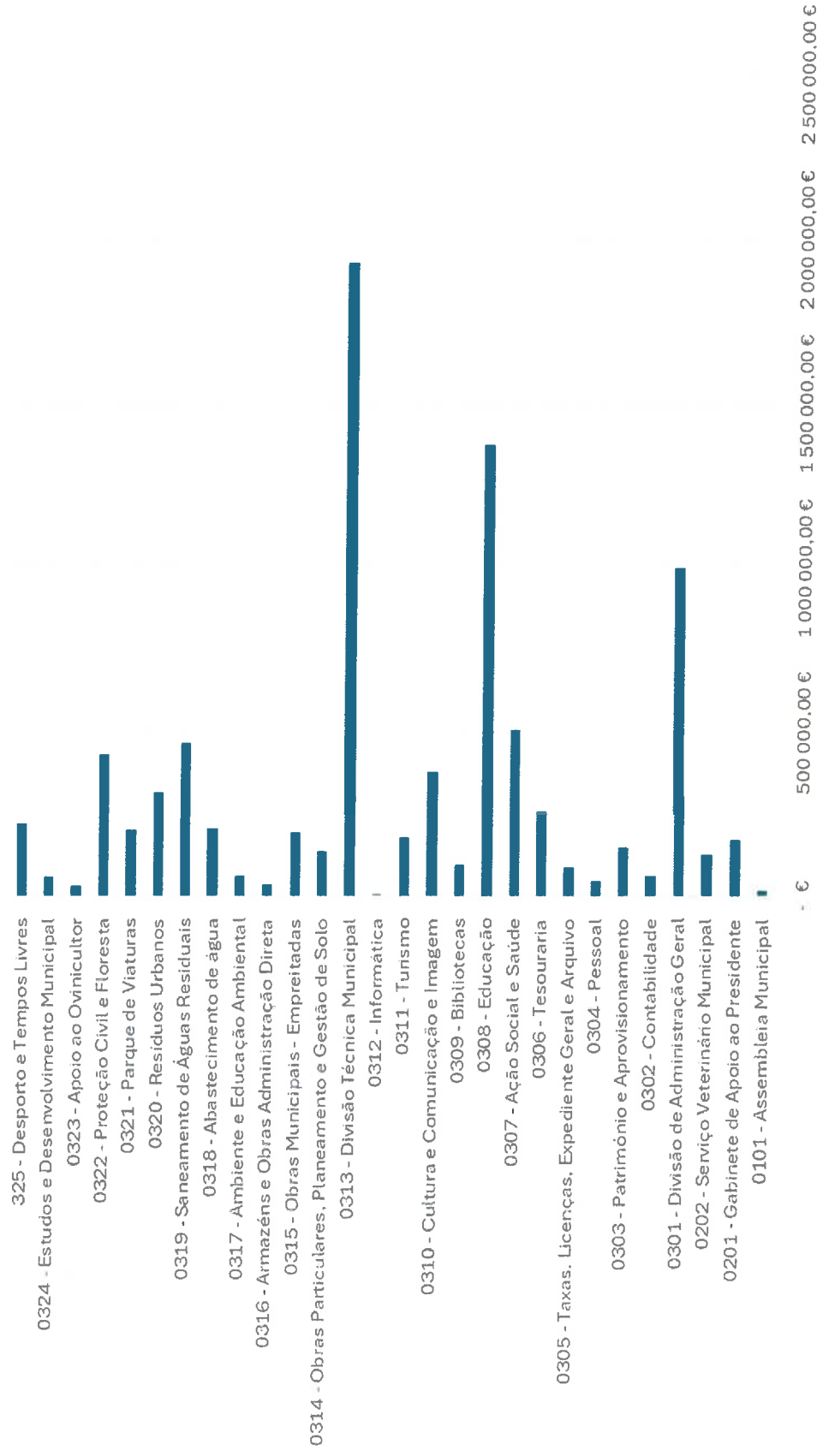


Apuramento dos custos por centros de responsabilidade

Quadro III – Variação dos Custos centros de responsabilidade entre 2022 e 2023

Centros de Responsabilidade	2022	2023	Variação (%)
0101 - Assembleia Municipal	0,00	18 124,32	n/a
0201 - Gabinete de Apoio ao Presidente	0,00	173 439,17	n/a
0202 - Serviço Veterinário Municipal	0,00	127 398,85	n/a
0301 - Divisão de Administração Geral	0,00	995 831,98	n/a
0302 - Contabilidade	0,00	63 363,54	n/a
0303 - Património e Aprovisionamento	0,00	148 600,10	n/a
0304 - Pessoal	0,00	46 396,55	n/a
0305 - Taxas, Licenças, Expediente Geral e Arquivo	0,00	89 832,16	n/a
0306 - Tesouraria	0,00	260 423,91	n/a
0307 - Ação Social e Saúde	0,00	508 683,71	n/a
0308 - Educação	0,00	1 373 649,57	n/a
0309 - Bibliotecas	0,00	98 057,72	n/a
0310 - Cultura e Comunicação e Imagem	0,00	378 899,27	n/a
0311 - Turismo	0,00	181 336,30	n/a
0312 - Informática	0,00	8 620,96	n/a
0313 - Divisão Técnica Municipal	0,00	1 928 156,30	n/a
0314 - Obras Particulares, Planeamento e Gestão de Solo	0,00	138 696,93	n/a
0315 - Obras Municipais - Empreitadas	0,00	195 712,58	n/a
0316 - Armazéns e Obras Administração Direta	0,00	38 690,68	n/a
0317 - Ambiente e Educação Ambiental	0,00	65 064,29	n/a
0318 - Abastecimento de água	0,00	207 294,39	n/a
0319 - Saneamento de Águas Residuais	0,00	464 389,67	n/a
0320 - Resíduos Urbanos	0,00	313 900,41	n/a
0321 - Parque de Viaturas	0,00	202 454,30	n/a
0322 - Proteção Civil e Floresta	0,00	433 271,11	n/a
0323 - Apoio ao Ovinicultor	0,00	31 868,34	n/a
0324 - Estudos e Desenvolvimento Municipal	0,00	60 310,46	n/a
325 - Desporto e Tempos Livres	0,00	222 628,63	n/a
Total	0,00	8 775 096,20	n/a

Total de Custos por Centros de Responsabilidade - 2023





Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Descrição do documento de prestação de contas - SNC-AP integral	
Demonstrações financeiras (individuais)	
Balanço	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza	NCP 1
Demonstração das alterações no património líquido	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa	NCP 1
Anexo às demonstrações financeiras	NCP 1
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos
2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Q2 - Reexpressão retrospectiva
3. Ativos intangíveis	Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período Q 3.2A - AI - desagregação das adições Q 3.2B - AI - desagregação das diminuições Q 3.3 - Excedentes de revalorização
4. Acordos de concessão de serviços: concedente	Q4 - Contratos concessão (concedente)
5. Ativos fixos tangíveis	Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período Q 5.2A - AFT - desagregação das adições Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições Q 5.3 - Excedentes de revalorização
6. Locações	Q 6.1 - Locações financeiras - Locatário Q 6.2 - Locações operacionais - Locatário Q 6.3 - Locações financeiras - Locador Q 6.4 - Locações operacionais - Locador
7. Custos de empréstimos obtidos	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários
8. Propriedades de investimento	Q 8.1 - PI (modelo justo valor) - quantia escriturada e movimentos do período Q 8.2 - PI (modelo do custo) - quantia escriturada e movimentos do período Q 8.1A - PI (modelo justo valor) - desagregação das adições Q 8.2A - PI (modelo do custo) - desagregação das adições Q 8.1B - PI (modelo justo valor) - desagregação das diminuições Q 8.2B - PI (modelo do custo) - desagregação das diminuições
9. Imparidade de ativos	Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa
10. Inventários	Q10.1 - Inventários Q10.2 - Inventários: movimentos do período
11. Agricultura	Q11.1 - Agricultura (variações)
12. Contratos de construção	Q12.1 - Contratos de construção
13. Rendimento de transações com contraprestação	-
14. Rendimento de transações sem contraprestação	Q14.1 - Rendimentos sem contraprestação
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Q15.1 - Provisões
16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	-
17. Acontecimentos após a data de relato	-
18. Instrumentos financeiros	Q18.1 - Ativos financeiros Q18.2 - Passivos financeiros Q18.3 - Instrumentos de cobertura de riscos Q18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital Q19.1 - Valor presente da obrigação de benefícios definidos Q19.2 - Justo valor dos ativos do plano e dos direitos de reembolso reconhecidos como ativo Q19.3 - Gastos reconhecidos no período
19. Benefícios dos empregados	Q 20.1 - Listagem de entidades controladas Q 20.2 - Transações entre partes relacionadas
20. Divulgações de partes relacionadas	-
21. Relato por segmentos	-
22. Interesses em outras entidades	-
Balanço analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 14	Norma Técnica 1/2017
Balanço analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 13	Norma Técnica 1/2017
Demonstrações financeiras previsionais	
Balanço previsional	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza previsional	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa previsional	NCP 1
Demonstrações orçamentais	
Demonstrações previsionais	
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	NCP 26
Plano plurianual de investimentos (PPI)	NCP 26
Demonstrações de relato (individuais)	
Demonstração de desempenho orçamental	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da receita	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP 26
Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos	NCP 26
Anexo às demonstrações orçamentais	NCP 26
1. Alterações orçamentais da receita	NCP 26
2. Alterações orçamentais da despesa	NCP 26
3. Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP 26
4. Operações de tesouraria	NCP 26
5.1 Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP 26
5.2 Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP 26
6.1 Transferências e subsídios concedidos	NCP 26
6.2 Transferências e subsídios recebidos	NCP 26
7. Outras divulgações	NCP 26
Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos	Norma Técnica 1/2017
Encargos contratuais	Norma Técnica 1/2017
Contabilidade de gestão	
Relatórios periódicos de relato à gestão (parágrafo 33 NCP 27)	NCP 27
Relatório de gestão (parágrafo 34 NCP 27) se a informação não estiver incluída em outro documento de prestação de contas	NCP 27
Outros	
Correspondência entre o plano de contas local e plano de contas central	Norma Técnica 1/2017

Demonstrações Financeiras

1 – Balanço

Município de Fornos de Algodres		Balanço a 31.12.2023	
Rubricas	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	0 / 5	38 739 624,10	37 073 740,46
Propriedades de Investimento	0 / 8		
Ativos Intangíveis	0 / 3	255 337,94	312 473,16
Participações Financeiras	18.2.2	417 579,00	417 579,00
		39 412 541,04	37 803 792,62
Ativo Corrente			
Inventários	10	6 179,90	6 989,35
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0 / 18.2.1	58 641,15	57 377,37
Clientes, contribuintes e utentes	0 / 9 / 18.2.1	89 566,56	112 587,10
Estado e outros entes públicos	23.2	12 973,31	7 307,28
Outras contas a receber	18.2.1	903 072,37	973 759,53
Diferimentos		8 220,72	17 487,53
Caixa e Depósitos	0 / 1. c)	270 607,74	893 585,60
		1 349 261,75	2 069 093,76
Total do Ativo		40 761 802,79	39 872 886,38
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23.3	3 901 527,41	3 901 527,41
Resultados Transitados	0 / 23.3	(7 060 148,55)	(6 573 911,51)
Outras Variações no Património Líquido	0 / 23.3	14 288 457,80	13 775 993,45
Resultado Líquido do Período	23.3	(580 042,01)	(486 237,04)
Total do Património Líquido		10 549 794,65	10 617 372,31
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15 / 18.2.1	2 360 553,13	2 354 349,13
Financiamentos Obtidos	18.2.1	24 779 226,48	25 453 313,73
Diferimentos		1 374 786,56	0,00
Outras Contas a Pagar	18.2.1	154 616,21	132 631,35
		28 669 182,38	27 940 294,21

Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		2 086,53	1 116,53
Fornecedores	18.2.1	232 345,34	41 144,82
Estado e outros entes públicos	0 / 18.2.1 / 23.2	39 879,72	35 336,94
Financiamentos Obtidos	18.2.1	706 599,24	706 599,24
Fornecedores de Investimentos	18.2.1	122 411,78	98 771,42
Outras contas a pagar	0 / 18.2.1	439 503,15	432 250,91
Diferimentos	0	0,00	0,00
		1 542 825,76	1 315 219,86
Total do Passivo		30 212 008,14	29 255 514,07
Total do Património Líquido e Passivo		40 761 802,79	39 872 886,38

2 - Demonstração de Resultados por Natureza

Município de Fornos de Algodres	Demonstração dos Resultados		
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, Contribuições e Taxas	13 / 14	1 031 255,24	997 091,87
Vendas	13	3 762,11	2 915,28
Prestações de Serviços e Concessões	13	512 748,63	310 156,35
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	5 719 481,96	5 505 263,20
Custos das mercadorias vendidas e das materiais consumidas		(205 392,55)	(238 864,36)
Fornecimentos e Serviços Externos	23.4	(2 920 248,85)	(2 561 930,06)
Gastos com Pessoal	19.1	(2 983 291,75)	(2 550 308,12)
Transferências e Subsídios concedidos	18.2.3	(704 127,51)	(695 754,04)
Prestações Sociais			
Provisões (aumentos/reduções)	14 / 15	(1 392,20)	(21 697,07)
Outros rendimentos	13	1 685 844,04	1 464 224,20
Outros gastos		(36 799,20)	(5 563,74)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 095 635,92	2 205 533,51
Gastos / Reversões de depreciação e amortização	3 / 5 / 8	(2 426 537,42)	(2 292 064,97)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		(330 901,50)	(86 531,46)
Juros e rendimentos similares obtidos	13	0	0
Juros e gastos similares suportados		(249 140,51)	(399 705,58)
Resultado antes de impostos		(580 042,01)	(486 237,04)
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do Período		(580 042,01)	(486 237,04)

3 - Demonstração das Alterações ao Património Líquido

Ver documento no Anexo I

4 - Demonstração de Fluxos de Caixa

Ver documento no Anexo II

5 - Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitórias

As demonstrações financeiras de 2020 foram as primeiras apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), em que se referiu:

a) A forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:

O impacto resultante da transição do anterior normativo (POCAL) para as NCP, não afetou significativamente, a posição financeira do Município de Fornos de Algodres, nem o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:

O processo de reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, foi feito de modo a assegurar o cumprimento das NCP, em particular as normas sobre os ativos tangíveis e intangíveis.

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:

Não aplicável em conformidade com o manual de implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública.

d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o nota 9,

seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP):

Na sequência do disposto na alínea b) não foram desenvolvidos quaisquer procedimentos de reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura.

- e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável):***

Não aplicável a correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL.

- f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:***

Conforme referido anteriormente estas são as primeiras declarações financeiras apresentadas de acordo com as NCP, não obstante a existência de algumas derrogações em sede de implementação do atual normativo contabilístico.

De referir que na transição para o SNP foram efetuadas, num primeiro momento, a transição e classificação no sistema contabilístico das equivalências entre planos, a 31/12/2019, e, posteriormente, a transferência e reconversão de contas de acordo com o CC 2 – Classificador Complementar, que configura o Balanço de Abertura a 01/01/2020.

Nos investimentos em curso foram reconhecidas no SNP, todas as obras que cursaram de anos anteriores (POCAL – Conta 445) por conta de “Saldos Iniciais” a 31/12/2019.

Procedeu-se ao levantamento / desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta “Programas de computador de informação”, nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis).

Por fim, o processo de reconciliação do Balanço de Abertura do SNC-AP a 01/01/2020, que deriva dos ajustamentos de transição do referencial contabilístico do POCAL a 31/12/2019 para o SNC-AP, teve como estratégia implementar o SNC-AP, de uma forma consistente e fidedigna.

Assim, da conversão do POCAL para o SNC-AP, dá-se destaque às seguintes situações que são impactantes na leitura das demonstrações financeiras:

- 1) No que concerne aos ativos fixos tangíveis, e tal como se referenciou anteriormente, o

imobilizado em curso estava inscrito nas demonstrações financeiras do POCAL, mas não era parte do Sistema de Inventário e Cadastro (SIC) agora renomeado SNP (Sistema de Normalização do Património). Com isto, no processo de transição entre referenciais contabilísticos houve a necessidade de reapreciar todos os investimentos em cursos relevados à luz do POCAL, e verificar se os mesmos reuniam condições de serem reconhecidos à luz do SNC-AP.

- 2) Do processo de reconciliação do balanço de abertura, foram analisados todos os proveitos diferidos reconhecidos à luz do POCAL, relativamente à existência de eventuais condições objetivas, caso que não se verificou.
- 3) Foram considerados na rubrica de outras variações no património líquido a totalidade dos subsídios ao investimento qualificados pelos serviços como subsídios sem condições.

Os principais ajustamentos decorrentes da transição para o SNC-AP, foram reconhecidos na conta 564 – Ajustamentos de Transição, nomeadamente atualização das vidas úteis dos AFT e conta 59 – Outras variações no capital próprio – subsídios ao investimento.

Todos os movimentos decorreram da adoção pela primeira vez do SNC-AP, designadamente nos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e diferimentos (subsídios ao investimento – nota 18.2.1) que tiveram contrapartida no património líquido, na rubrica de outras variações no património líquido.

Para efeitos da adoção da NCP 14 à data de transição para o SNC-AP, foram analisados os saldos transitados da conta 274 – Subsídios ao Investimento (POCAL) foram reclassificados cerca de 9.565.833€ para outras variações no património líquido (conta 593 - Transferências e subsídios de capital) qualificados pelos serviços como subsídios sem condições.

O exercício de 2021 foi um ano de consolidação do novo normativo contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e que entrou em vigor no exercício de 2020.

Contudo, apesar da generalidade das situações de ajustamento de transição se terem afigurado resolúveis no primeiro e segundo anos de implementação, verificamos existirem situações de maior complexidade que exigiram um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial.

Esta mesma situação encontra-se prevista na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), que prevê, em consonância com a International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33, a

possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Os principais ajustamentos decorrentes da transição para o SNC-AP, foram reconhecidos na conta 564 – Ajustamentos de Transição para o SNC-AP, nomeadamente atualização das vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis.

Em concreto no exercício de 2021 foram reformuladas e ajustadas todas as fichas do cadastro de imobilizado, incluindo as respetivas vidas úteis, tendo gerado um efeito líquido positivo de 1.712.361,40 euros reconhecido a crédito da referida conta 564.

Para além do referido, no âmbito da transição para o SNC-AP não foram efetuados quaisquer outros ajustamentos, designadamente no exercício de 2023.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1 – Identificação da Entidade e período de Relato - encontra-se parte no ANEXO III (caracterização da entidade) e no ANEXO IV (Organograma).

2 - Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística – AP. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 2 – Desagregação de saldos

Conta	2023	2022
Caixa	192,65 €	2 861,37 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	113 544,78 €	759 024,41 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	156 870,31 €	131 699,82 €
Total	270 607,74 €	893 585,60 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e são apresentadas em euros.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam o previsto na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.

2.1.1 – Apresentação apropriada em conformidade com a SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas são o espelho fiel dos efeitos das transações, acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP. A aplicação das NCP, com divulgações adicionais quando necessário, resulta em demonstrações financeiras que permitem uma apresentação apropriada.

2.1.2 – Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações no decurso de 2020, e já no âmbito do SNC-AP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNC-AP, porém, a mesma consta nas notas às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

2.1.4 – Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.

Os itens não materiais individualmente, foram agregados com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras.

2.1.5 – Compensação

Nas demonstrações financeiras os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são apresentados e relatados separadamente, não havendo lugar a compensação.

2.1.6 – Continuidade

Quando se preparam demonstrações financeiras, deve ser feita uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir em continuidade. Esta avaliação deve ser feita por quem é responsável pela aprovação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, não havendo quaisquer incertezas relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da sua continuidade ou necessidade de redução ou liquidar atividades.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível do Município encontram-se mensurados pelo custo histórico, ou seja, aquele que decorre do valor de aquisição ou produção. Este valor é suportado pelo documento comprovativo da aquisição, nomeadamente (faturas, contratos, etc.).

2.2.2 Ativos intangíveis

À semelhança do referido anteriormente nos ativos tangíveis, todos os bens do ativo intangível encontram-se mensurados pelo seu custo, sendo que, com a entrada no Sistema de Normalização Contabilística SNC-AP, e nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis), procedeu-se ao levantamento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores, uma vez que os mesmos haviam sido anteriormente classificados como ativos e não como gastos.

2.2.3 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

2.3.4 Inventários

A mensuração de inventários é efetuada pelo custo de aquisição.

2.3.5 Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- As contas dos clientes, contribuinte e utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.
- As dívidas de clientes, contribuinte e utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

- As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.
- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e outras contas a pagar" e "Diferimentos".

2.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

2.3.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Quadro 3 - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, patri. histórico, artístico e cultural	5 498,10	0,00	0,00	5 498,10	21 830,78	0,00	0,00	21 830,78
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	194 006,80	194 006,80	0,00	0,00	194 006,80	194 006,80	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	556 913,18	320 134,22	0,00	236 778,96	587 445,77	366 238,61	0,00	221 207,16
Outros	70 196,10	0,00	0,00	70 196,10	65 399,10	53 099,10	0,00	12 300,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	826 614,18	514 141,02	0,00	312 473,16	868 682,45	613 344,51	0,00	255 337,94

Quadro 4- Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriza	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	5 498,10	16 332,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 830,78
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	236 778,96	30 532,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-46 104,39	0,00	221 207,16
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	70 196,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53 099,10	-4 797,00	12 300,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	312 473,16	46 865,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-99 203,49	- 4 797,00	255 337,94

Quadro 5 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Out.	Exprop.	Doação	Doação em Pagamento	Locação	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	16 332,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 332,68
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	11 291,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 241,19	30 532,59
Propriedade Industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0	27 624,08	0	0	0	0	0	0	0	19 241,19	46 865,27

Quadro 6 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título	Transferência ou troca	Fusão, cisão, rest.	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: EDP - Distribuição e Energia, S.A

Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

Como já referido, em 2023 foram reconhecidos e mensurados, pela primeira vez, os acordos de concessão de serviços com a E-REDES, para efeitos da NCP4.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Existe um contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Fornos de Algodres com a EDP – Distribuição – Energia, S.A. (agora E-Redes).

Este acordo de concessão implicou a transferência para a E-Redes do exercício dos direitos e poderes da Câmara Municipal necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão pelo prazo de 20 anos ou enquanto a concessão subsistir, competindo ao concessionário o fornecimento de energia elétrica ao consumidor final.

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no n.º 3 do Art.º 4º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90 de 30 de outubro.

Em relação aos Ativos Fixos Tangíveis afetos à concessão e de propriedade do Município, procedeu-se à sua reclassificação contabilística nos termos da referida norma, e das notas explicativas às contas, o que não implicou alterações ao valor dos Ativos e Fundos Próprios.

Relativamente aos investimentos e melhorias de Ativos Fixos Tangíveis desenvolvidos e suportados pela Concessionária foi adaptado o modelo de atribuição de um direito ao concessionário, utilizando-se na respetiva mensuração o critério do custo considerado conforme estabelecido no capítulo 2 do Manual de Implementação do SNC-AP.

Contudo, a informação proporcionada pela Concessionária não apresenta informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, designadamente a data de aquisição, a descrição dos bens, o valor de compra e as vidas úteis.

Assim, o Município utilizou para a respetiva depreciação a vida útil prevista no classificador completar 2 para as infraestruturas.

Importa realçar que, no decorrer do exercício de 2022, terminou o período de transição do normativo POCAL para o SNC-AP. Nessa medida o Município de Fornos de Algodres solicitou informação para efeitos de aplicação da NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços.

O Município tem em vigor acordo de concessão para o contrato de distribuição em baixa com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA, designadamente quanto à aplicação do Modelo de Atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário. No âmbito deste contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão.

Após solicitação, o Município obteve informação por parte da Concessionária referente a 2022 e dados provisórios (não auditados) de 2023, tendo feito os respetivos registos contabilísticos, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, no entanto a informação proporcionada pela Concessionária não se apresenta detalhada e atualizada quanto a cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, localização, a data de aquisição, a descrição dos bens e o valor de compra referente a 2023.

Assim, e não existindo a informação suficiente e necessária à patrimonialização dos referidos bens e para a sua monitorização contabilística, procedeu-se ao seu reconhecimento contabilístico relativamente a estes bens, por subclasse:

Em termos contabilísticos o registo da Concessão em 2023 foi efetuado através da transposição da informação prestada pela E-Redes para o normativo SNC-AP de acordo com o quadro infra:

Quadro 7 – Bens E-Redes

Bem	Valor de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido
Postos transformação e seccionamento	832 866,12	592 552,36	240 313,76
Redes aéreas	1 896 135,24	1 460 647,06	435 488,18
Redes subterrâneas	169 262,31	124 603,77	44 658,54
Chegadas aéreas	266 286,09	245 613,54	20 672,55
Chegadas subterrâneas	46 311,38	39 546,05	6 765,33
Contadores	151 580,65	148 479,15	3 101,50
Outro equipamento	87 420,70	73 547,57	13 873,13
Iluminação pública	1 162 975,14	690 820,98	472 154,16
Equipamento de telegestão Energia EDP Box	184 870,29	47 110,88	137 759,41
Soma Controlo	4 797 707,92	3 422 921,36	1 374 786,56

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos

inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Os custos de manutenção, conservação e reparação são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

De acordo com esta norma é evidenciado que estes devem ser reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e que o custo possa ser mensurado. Contudo, face à missão das entidades públicas, acresce que o reconhecimento de ativos fixos tangíveis pode nestes casos derivar do potencial do serviço associado ao bem, situação esta que se aplica aos bens de domínio público em curso do Município.

Na sequência do levantamento entre os bens imóveis descritos, efetuado a partir do sector do património e comparativamente com os registos contabilísticos dos exercícios anteriores, verificou-se que ainda existem imóveis que não têm registo na conservatória de registo predial e outros sem inscrição matricial. No entanto encontra-se em processo a regularização do registo na Conservatória do Registo Predial e inscrição matricial dos referidos bens.

Assim, em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 8 - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS	Início do período			Fim do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	991 335,90	252 7420,40	0,00	738 615,50	991 335,90	481 265,01	0,00	510 070,89
Edifícios e outras construções	2 588 331,52	974 771,02	0,00	1 613 560,50	2 609 182,48	1 296 831,53	0,00	1 312 350,95
Infraestruturas	31 165 464,77	24 189 514,68	0,00	6 975 950,09	32 680 628,90	25 663 259,51	0,00	7 017 369,39
Património histórico, artístico e cultural	48 847 61	2 860,72	0,00	45 986,89	48 847,61	4 566,08	0,00	44 281,53
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 743 687,00	0,00	0,00	4 743 687,00	4 743 687,00	0,00	0,00	4 743 687,00
Edifícios e outras construções	29 515 491,00	9 296 861,21	0,00	20 218 629,79	29 840 580,31	9 371 910,38	0,00	20 468 669,93
Equipamento básico	1 246 541,26	1 028 532,66	0,00	218 008,60	1 382 267,85	1 109 191,58	0,00	253 076,27
Equipamento de transporte	1 633 686,80	1 474 918,00	0,00	158 768,80	2 079 484,80	1 585 496,28	0,00	493 988,52
Equipamento administrativo	637 912,24	580 882,07	0,00	57 030,17	644 811,20	605 121,40	0,00	39 689,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	518 424,81	493 884,09	0,00	24 540,72	518 424,81	504 417,02	0,00	14 007,79
Ativos fixos tangíveis em curso	2 278 942,40	0,00	0,00	2 278 942,40	3 842 432,03	0,00	0,00	3 842 432,03
TOTAL	75 368 665,31	38 294 924,85	0,00	37 073 740,46	79 361 682,89	40 622 058,79	0,00	38 739 624,10

Quadro 9 - Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferência e Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	738 615,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-228 544,61	0,00	510 070,89
Edifícios e outras construções	1 613 560,50	20 850,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-322 060,51	0,00	1 312 350,95
Infraestruturas	6 975 950,09	4 938 085,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 473 744,83	- 3 422 921,36	7 017 369,39
Património histórico, artístico e cultural	45 986,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- 1 705,36	0,00	44 281,53
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	4 743 687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 743 687,00
Edifícios e outras construções	20 218 629,79	325 089,31	0,00	0,00	0,00	0,00	-75 049,17	0,00	20 468 669,93
Equipamento básico	218 008,60	115 726,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-80 658,92	0,00	253 076,27
Equipamento de transporte	158 768,80	445 798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-110 578,28	0,00	493 988,52
Equipamento administrativo	57 030,17	7 098,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-24 239,33	-199,99	39 689,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	24 560,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 552,93	0,00	14 007,79
Ativos fixos tangíveis em curso	2 278 942,40	1 563 489,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 842 432,03
TOTAL	37 073 740,48	7 416 138,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 327 133,94	-3 423 121,35	38 739 624,10

Quadro 10 – Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Concessão	Transf. ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, criação e reestruturação	Outras
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 850,96
Infraestruturas	0,00	4 829 046,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109 038,82
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edif. e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245 670,00	0,00	0,00	0,00	79 419,31
Equipamento básico	0,00	100 742,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 983,79
Equipamento de transporte	0,00	445 798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equip. administrativo	0,00	7 098,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	290,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tang. em curso	0,00	1 563 489,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	6 946 176,05	0,00	0,00	0,00	245 670,00	0,00	0,00	0,00	224 292,88

Quadro 11 – Diminuições

RUBRICAS	Alienação a título oneroso	Transferência a outross	Devolução ou reversão	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 422 921,36	- 3422 921,36
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-199 099,00	-199 099,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 423 121,35	-3 423 121,35

No exercício de 2023, foi reconhecido e mensurado em Ativos Fixos Tangíveis, o imóvel da **Residência de Estudantes de Fornos de Algodres**, pelo valor de **245.670,00€**, resultante da concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais dos equipamentos educativos transferidos para o Município, tudo de acordo com o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30/01. Para o efeito e conforme previsto no parágrafo 19 da NCP 5, o imóvel foi mensurado no reconhecimento inicial, pelo respetivo valor patrimonial tributário (VPT)

No que se refere aos equipamentos educativos, excluindo-se os equipamentos educativos que integram o património próprio da Parque Escolar, E.P.E., nos termos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, designadamente de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos tecnológicos e desportivos, encontrava-se em curso à data de encerramento de contas, o processo de inventariação, catalogação e mensuração, perspetivando-se a sua conclusão em 2024 e estimando-se que o valor global a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, não seja materialmente relevante.”

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Ver documento no Anexo V

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 12- Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 13 - Adições: Modelo de Custo

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	TRF ou Troca	Doação, herança, legado	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cesso, Reest.	Outras	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Quadro 14 – Imparidades de Ativos

Classe	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	270 415,09	0,00	0,00	270 415,09
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	56 554,62	0,00	0,00	56 554,62
Clientes, contribuintes e utentes	116 087,86	26 521,30	0,00	89 566,56
Fornecedores	232 345,34	0,00	0,00	232 345,34
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	186 541,23	0,00	0,00	186 541,23
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 179,90	0,00	0,00	6 179,90
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	417 579,00	0,00	0,00	417 579,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	34 897 192,07	0,00	0,00	34 897 192,07
Ativos intangíveis	255 337,94	0,00	0,00	255 337,94
Investimentos em curso	3 842 432,03	0,00	0,00	3 842 432,03
TOTAL	40 280 685,08	26 521,30	0,00	40 254 163,78

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 15 - Inventários

Ativo	Quantia escriturada	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 179,90	0,00	6 179,90
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	6 179,90	0,00	6 179,90

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 16 - Rendimentos com Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	2,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas específicas das autarquias locais	127 318,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	4 740,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	3 762,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços específicos das Autarquias locais	146 242,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessões	359 232,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refeições escolares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços recreativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vistorias e ensaios	2 020,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de espaços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5 252,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	32 238,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas/Concessões					
Rendimentos em investimentos não financeiros	90 244,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	75 140,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras não especificados	975 849,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 822 044,43	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço

provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 17 - Rendimentos sem Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Fim do Período	
Impostos diretos					
Derrama	46 938,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	510 293,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto único de circulação	114 805,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos					
Impostos Indiretos específicos das Autarquias Locais	98 867,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	128 010,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	278,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	5 303 686,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	23 221,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	58 826,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto do Mundo	333 747,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões					
De provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	512 371,79	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7 131 047,55	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No exercício de 2023 as provisões para riscos e encargos, foram aumentadas no montante líquido de 6.204,00€, devido a uma nova ação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Quadro18 – Provisões

N.º do Processo	Autor	Valor
750/15.7BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	1.978.357,15
301/14.0BECTB		
745/14.8BECTB		
418/15BECTB		
535/16.3BECTB		
523/17.2BECTB		
268/18.6BECTB		
27/15.8BECTB	José Francisco Caseiro	50 706,89
465/14.3BECTB	Recilead, Lda.	90 385,09
ARHC.DAAF.00083.2018	Agência Portuguesa do Ambiente	12 000,00
ARHC.DAAF.00128.2018	Agência Portuguesa do Ambiente	12 000,00
24344/2018	Entidade Reg. dos Serviços de Águas e Resíduos	1 250,00
62/2019PCOPF	Direção Regional Agricultura e Pescas do Centro	750,00
ARHC.DAAF.00035.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00033.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00166.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00090.2021	Agência Portuguesa do Ambiente	24.000,00
359/21.6EACBR	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	2.750,00
359/21.6EACBR	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	250,00
19/2023	Centro Nacional de Cibersegurança	10.000,00
	Geopark Estrela	99.900,00
28471/2023	ERSAR	6.204,00
TOTAL		2.360.553,13

A Sociedade de Águas do Zêzere e Côa (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.), reclama uma dívida do Município de Fornos de Algodres. No entanto o Município continua sem reconhecer a totalidade

desse Passivo, existindo um diferendo entre a empresa Águas do Zêzere e Côa, SA (AZC) (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo) e os municípios integrantes do sistema Multimunicipal.

Do processo instaurado em Tribunal Arbitral em que o Município de Fornos de Algodres é co-requerente juntamente com outros Municípios, e na qual é Requerida a Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., e no qual se visa obter o reconhecimento da existência do acordo assumido pela então Águas do Zêzere e Côa, SA, com o aval da Águas de Portugal, no sentido de aquela ser condenada a reconhecer o acordo celebrado em Fornos de Algodres com influencia no preço dos efluentes a tratar processo, foi proferida decisão, no dia 23 de janeiro de 2023, que deu razão à pretensão dos Municípios mas que ainda não transitou em julgado

Não foram constituídas provisões para os restantes processos em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Fornos de Algodres, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas e a probabilidade de existirem exfluxos é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

A preparação das demonstrações financeiras teve início em março e vai até à data de aprovação pelo órgão executivo, a ter lugar em abril de 2024.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Influenciando ainda as contas de 2023, verificamos desde fevereiro de 2022 condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia e do conflito entre Israel e a Palestina/Gaza iniciado em outubro de 2023, nomeadamente o aumento consecutivo dos preços dos combustíveis e eletricidade entre outros, dada a elevada taxa de inflação. Nestes termos, o Órgão Executivo irá continuar a promover iniciativas que possam mitigar este impacto de custos, incluindo a seleção de fornecedores alternativos.

Neste sentido o Órgão Executivo entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes da ofensiva/guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e a Palestina/Gaza, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do rédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras. Também não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

De salientar que a entidade tem a sua continuidade assegurada.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2.1. Fornecedores/clientes, contribuinte e utentes/outras contas a receber e a pagar/diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Quadro19

Rúbricas do Ativo	2023	2022	Variação 2023-2022
Ativo Corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	58 641,15	57 377,37	1 263,78
Cliente, contribuintes e utentes	89 566,56	112 587,10	-23 020,54
Outras contas a receber	903 072,37	973 759,53	-70 687,16
Passivo não corrente			
Provisões	2 360 553,13	2 354 349,13	6 204,00
Financiamentos Obtidos	24 779 226,48	25 453 313,73	-674 087,25
Outras contas a pagar	154 616,21	132 631,35	21 984,86
Passivo Corrente			
Fornecedores	232 345,34	41 144,82	191 200,52
Estado e outros entes públicos	39 879,72	35 336,94	4 542,78
Financiamentos Obtidos	706 599,24	706 599,24	0,00
Fornecedores de investimentos	122 411,78	98 771,42	23 640,36
Outras contas a pagar	439 503,15	432 250,91	7 252,24

A informação agora apresentada teve o cuidado de reconhecer em 2023, e no ano comparativo, no passivo corrente todos os valores que serão reconhecidos no prazo máximo de 12 meses e no passivo não corrente todos aqueles que ultrapassam essa previsão de reconhecimento.

Assim, no fundo, as contas a receber e a pagar e de diferimentos respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações.

A conta dos "Clientes, contribuintes e utentes" respeita essencialmente a dívidas dos munícipes e a conta "Fornecedores" respeita a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços e compras realizadas pelo Município.

18.2.2 Participações Financeiras

Quadro20 – Participações financeiras

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações financeiras - custo										
Investimentos noutras entidades										
Participações de Capital										
- FAM - Fundo de Apoio Municipal	205 659,00									205 659,00
Outras Participações de Capital										
- Águas do Zêzere e C&A	116 550,00									116 550,00
- RESISTRELA	49 370,00									49 370,00
- Terras Serranas, SA	22 500,00									22 500,00
- Fornos Vida, SA	7 500,00									7 500,00
- CESAB	16 000,00									16 000,00
Total	417 579,00									417 579,00

18.2.3 Transferências e subsídios concedidos

Nas transferências e subsídios concedidos refletidos nos resultados do exercício de 2023, os valores são os abaixo mencionados.

Quadro 21 – Transferências e subsídios concedidos

Descrição	Valor
Transferências Correntes	704 127,51
Transferências de Capital	0,00
Subsídios	0,00
Outros	0,00

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

19.1 Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço foi remunerado de acordo com as funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

A informação acerca de transações entre partes relacionadas que deve ser divulgada para satisfazer os objetivos de relato financeiro de finalidade geral normalmente inclui:

- (a) Uma descrição da natureza do relacionamento com as partes relacionadas envolvidas nestas transações, como, por exemplo, se o relacionamento foi o de uma entidade que controla, de uma entidade controlada, de uma entidade sob controlo comum ou de pessoas chave da gestão;

(b) Uma descrição das transações entre partes relacionadas por grandes classes de transações e uma indicação do volume das classes, quer como uma quantia monetária específica, quer como uma proporção dessa classe de transações e ou saldos;

(c) Um resumo dos termos e condições gerais das transações com partes relacionadas, incluindo divulgação de como estes termos e condições diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas; e

(d) Quantias ou proporções de itens em saldo.

Quadro 22 - Divulgações de partes relacionadas - Transações entre partes relacionadas

Designação da entidade	Natureza do relacionamento	Transação	
		Tipo	Valor (€)
Resiestrela, SA	Entidade associada	Aquisição de prestação de serviços	129 508,11 €
Águas de Vale do Tejo, SA	Entidade associada	Aquisição de bens e prestação de serviços	372 768,01 €

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados.

O resultado líquido do período de 2023, no montante de (–) 580 042,01€ será aplicado em:

- Resultados transitados – (–) 580 042,01€

23.2 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Quadro 23 – Estado e outros entes públicos

Rúbricas do Ativo	2023	2022	Variação 2023/22
Estado e outros entes públicos	12 973,31	7 307,28	5 666,03
Rúbricas do Passivo	2022	2021	Variação 2023/22
Estado e outros entes públicos	39 879,72	35 336,94	4 542,78

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social e CGA evidenciam as retenções contribuições efetuadas no mês de dezembro 2023 e pagas em janeiro 2024.

Todos os saldos apresentados encontram-se dentro dos prazos legais para o seu pagamento, não tendo o Município quaisquer dívidas em mora ao Estado, CGA e à Segurança Social.

23.3 Património Líquido

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no período em cada uma das rubricas do património líquido:

Quadro 24 – Património líquido

Rúbricas do Ativo	2023	2022	Variação 2023-22
Património /Capital	3 901 527,41	3 901 527,41	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-7 060 148,55	-6 573 911,51	-486 237,04
Outras variações no Património Líquido	14 288 457,80	13 775 993,45	512 464,35
Resultado líquido do período	- 580 042,01	- 486 237,04	-93 804,97
Total do Património Líquido	10 549 794,65	10 617 372,31	-67 577,66

O património líquido passou a totalizar 10.549.794,65€, sendo que importa relevar o montante expresso na conta de “Outras variações no Património Líquido”.

Quadro 25

Rúbricas	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Património /Capital	3 901 527,41	0,00	0,00	3 901 527,41
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-6 573 911,51	0,00	-486 237,04	-7 060 148,55
Outras variações no Património Líquido	13 775 993,45	512 464,35	0,00	14 288 457,80
Resultado líquido do período	-486 237,04	0,00	-93 804,97	-580 042,01
Total do Património Líquido	10 617 372,31	512 464,35	-580 042,01	10 549 794,65

23.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

Quadro 26 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2023	31-12-2022
Subcontratos e parcerias	701 136,06	647 951,77
Serviços especializados	1 000 628,24	680 106,73
Materiais	253 479,30	197 477,91
Energia e Fluidos	489 005,47	569 804,34
Deslocações, estadas e transportes	22 066,13	11 067,75
Serviços diversos	453 933,65	455 521,56
Total.....	2 920 248,85	2 561 930,06

NOTA FINAL

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

1 – Alterações Orçamentais da Receita

Anexo X - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

2 – Alterações Orçamentais da Despesa

Anexo XI - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

3 - Alterações ao Plano ao Plano Plurianual de Investimentos

Anexo XII - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

4 – Operações de Tesouraria

Anexo XIX – Operações de tesouraria

5 – Contratação Administrativa

Anexo XX – Mapa da Contratação Administrativa

6 – Transferências e Subsídios

Anexo XXI – Transferências e Subsídios Concedidos

Anexo XXII – Mapa dos Benefícios Obtidos

Anexos:

Anexo I – Demonstração das alterações no Património Líquido

Anexo II – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo III – Caracterização da Entidade

Anexo IV– Organograma

Anexo V– Empréstimos Obtidos

Anexo VI – Imparidade de Ativos

Anexo VII - Orçamento Inicial para 2022

Anexo VIII - Orçamento Inicial Grande Opções do Plano

Anexo IX - Demonstração do Desempenho Orçamental

Anexo X - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Anexo XI - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Anexo XII - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

Anexo XIII - Execução anual das Grandes Opções do Plano (GOP)

Anexo XIV - Execução anual das Atividades mais Relevantes (AMR)

Anexo XV - Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

Anexo XVI – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alterações Orçamentais da Receita

Anexo XVII – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alterações Orçamentais da Despesa

Anexo XVIII – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos

Anexo XIX – Operações de tesouraria

Anexo XX – Mapa da Contratação Administrativa

Anexo XXI – Transferências e Subsídios Concedidos

Anexo XXII – Mapa dos Benefícios Obtidos

Anexo XXIII – Síntese das Reconciliações Bancárias

Anexo XXIV – Parecer do Revisor